

Capítulo 1

COMPONENTES DO REDEMOINHO GLOBAL

Neste final de século e início de um novo milênio, assiste-se a grandes ebulições que, sem dúvida, influem no homem em muitos setores. Um deles é o campo da proteção social em seus diferentes desdobramentos. É voz comum que o consenso havido em torno das políticas sociais que deram configuração ao Welfare State, no pós-guerra, se rompeu.

Novas formas na produção e conseqüentes novos aspectos econômicos começam a dar tom à sobrevivência do ser humano, que, por sua vez, vai exigir uma reformulação das políticas sociais, havidas no período do Welfare State, para um novo modo de atendimento social.

Caracterizar a economia de mercado do pós-Welfare State, o reordenamento da política mundial, se faz necessário para detectar e compreender a nova conformação que se dá às políticas sociais neste início de milênio.

Descobrir o rosto do sistema capitalista na globalização é uma necessidade para que se possa ver que rosto terá o homem neste sistema, se é que ainda terá um rosto, uma identidade, numa sociedade em que se implantou a ditadura do mercado financeiro internacional, em que "os negociantes de títulos cambiais e ações movimentam um fluxo crescente de capitais de investimento, em escala global, e, com isto, podem decidir sobre o destino de nações inteiras - em grande parte sem qualquer controle estatal" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.69). O capital desloca-se na velocidade das impressões eletrônicas e, onde estaciona, se encontra o poder. O rosto do capital se mundializou e as nações cada vez mais se perdem no atordoamento do redemoinho global, até porque "o nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os 'mercados') deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados"(CHESNAIS,1996, p.15). Assim, os custos do capital são socializados enquanto os ganhos se privatizam, porque "assim que surgem dificuldades, as instituições financeiras internacionais e as maiores potências do globo precipitam-se em defesa dos privilégios desse capital monetário, quaisquer que sejam o preço a pagar e os custos a socializar por via fiscal" (CHESNAIS, 1996, p.15-16). Como elementos constitutivos da mundialização financeira, CHESNAIS nos apresenta "a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais" que interagem, estabelecendo interdependência e/ou subordinações. Destaca ele como uma das conseqüências mais importantes da liberalização e da desregulamentação a "quase

completa perda de controle pelos bancos centrais, a começar pelo Federal Reserve americano, sobre a determinação do nível das taxas de juros. As taxas, a médio e longo prazo, são estabelecidas exclusivamente pelos operadores mais poderosos, que comandam as tendências dos mercados financeiros"(1996, p. 261). Ainda, segundo o mesmo autor, "o conceito da 'globalização financeira' abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes" (1996, p. 261).

É nesta fase e sob o reinado do capital financeiro mundializado que se orientam as decisões políticas quanto à produção, como também as políticas sociais. "A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento das formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho" afirma CHESNAIS (1996, p.16), sem nenhuma preocupação com o aumento do desemprego.

No âmbito social, se está assimilando o que se convencionou chamar "a sociedade de 20 por 80", quando se avança para a conformação de uma sociedade em que apenas "vinte por cento da população em condições de trabalhar no século XXI bastariam para manter o ritmo da economia mundial"; os demais, "cerca de 80% das pessoas aptas para trabalhar ficarão sem emprego?" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.10 -11). Sem dúvida, diante de tal colocação, as questões da universalidade dos direitos sociais e pleno emprego, proclamados no Welfare State, são, no mínimo questionáveis.

Consequentemente diz-se também, que os "80% de baixo terão enormes problemas". É de se questionar sobre que espécie de atendimento social lhes estará

reservado, se é que esta ainda será uma preocupação do sistema capitalista, da economia mundializada neste final de século. Com efeito perguntamos: as saídas a que se propõe o sistema -, que em sua gênese doutrinária se estribavam sobre o famoso: *libertè, fraternitè, e egalitè* - manterão ainda algum aspecto doutrinário consequente ou, então, que reformulações se farão necessárias nesse novo contexto.

1.1. FUNDAMENTOS PARA A SOCIEDADE DA ECONOMIA DE MERCADO NO PÓS-WELFARE STATE

Antes de situar o contexto pós-Welfare State propriamente dito, a fim de que se percebam as reformulações que se exigem, importa abrir um parêntese sobre o que foi efetivamente o Welfare State.

Com a formação do Estado Social, no fim do século XIX e início do XX, mais especificamente entre 1880-1920, está dada a sensibilização para o Welfare State, que, embora tenha marco oficial no relatório de Willian Beveridge (1942), só se afirma após a 2^a Guerra e se estende até meados dos anos 70, basicamente, quando a teoria keynesiana apresenta visíveis crises frente à retomada das teses especialmente, as de HAYEK e FRIEDMAN, que passam a ser denominadas neoliberais.

Ressalte-se ser consenso que o século XX foi o século da afirmação dos direitos sociais. Entretanto, em seu final, nas décadas de 70 e 80, surge e vem tomando corpo, tanto nas idéias quanto nos programas de governo, iniciados nos países centrais e se desdobrando para os periféricos, a afirmação de que a

igualdade não só não é mais desejada, como é combatida, e o que já parecia consenso, ou seja, a conquista dos direitos sociais, é negado explicitamente.

No sistema, cujo ideário previa uma sociedade de homens livres, fraternos, gozando de igualdade efetiva, detectam-se cada vez mais fissuras. O próprio sistema já se vê abalado e encontra-se ante um sério dilema. Se conseguiu, inegavelmente, certo desenvolvimento e avanço de uma série de tecnologias, oferecendo ao homem do final do século um conjunto de facilidades e benesses por outro, não conseguiu resolver o problema da pobreza, jogando na miséria expressivo contingente de seres humanos que vivem à margem deste mundo maravilhoso, apregoado como o ideal do sistema. Por isso este sistema necessitaria reformular sua proposta, encontrando-se, ante a necessidade de estabelecer um **novo contrato social**, na expressão de ROSANVALLON (1984, p.8 e24) e PRZEWORSKI (1989, p.256ss), entre tantos outros. No entanto, o que se verifica é a opção e a construção de um novo referencial, que não só não contempla os direitos sociais, senão que os nega explicitamente, sob a alegação de que é da natureza humana se auto-construir, num mundo criativo e sobretudo competitivo em que só se projetam os mais competentes. É o darwinismo social em sua formulação mais ortodoxa.

O processo de exclusão de grande parcela da humanidade dos bens produzidos pela sociedade, chega atualmente, a níveis insuportáveis, incorporando-se em nosso meio como parte do "*ethos*" da atual sociedade.

Nas últimas décadas, afirma-se um pensamento, como também as ações governamentais dele decorrentes, do que cada vez mais vem sendo identificado como **Neoliberalismo**.

Importa ressaltar que neste sistema, os direitos sociais que se afirmavam cada vez mais no último século, vão sendo questionados e sistematicamente esvaziados, enquanto as iniciativas privadas são incentivadas, também no campo social. Mesmo a **Igualdade**, tão cara ao ideário liberal, não só vem sendo questionada, como é rejeitada, interpretando-se as "desigualdades como diferenças" (LAMOUREUX, 1986, p.58) e, por isso mesmo, são consideradas naturais, fazendo com que uma expressiva maioria da população fique à margem das benesses produzidas pelo sistema. Isto exige, ao menos no discurso, um novo "compromisso social" colocando a sociedade, no início deste século, frente à uma nova configuração da questão social.

O período do Welfare State é considerado como elemento de consenso em torno de um "compromisso social" ou "contrato social" (PRZEWORSKI, 1989, p.243ss e EWALD, 1987, p.386-387), que exige negociação permanente. Na constituição do Welfare State, de um lado se manifestam as diversas organizações proletárias e a luta de classe trabalhadora, com uma contribuição significativa, pressionando por novas posturas do sistema liberal, até aqui fazendo crer que o desenvolvimento capitalista asseguraria a igualdade e o bem-estar dos cidadãos. Por outro lado, há uma necessidade de reciclagem do capitalismo, reajustando-se em relação à produção e ao consumo, e corrigindo erros de percurso com relação ao individualismo clássico liberal por meio da afirmação dos chamados direitos sociais. É a fase do capital em que o Estado explicitamente é chamado a arbitrar o conflito entre o capital e o trabalho, além; é claro, para administrar a reprodução da força de trabalho, fazendo até mesmo algumas concessões à classe trabalhadora, caso seja necessário, para manter a "tranqüilidade e a paz" ou com o "propósito de

restabelecer a ordem, de forma que a produção e a acumulação pudessem continuar ininterruptamente" (SWEEZY, 1976, p. 278-279).

Ademais, com o avanço tecnológico, a tendência de economizar trabalho se fortalece e o preço das mercadorias monopolizadas se eleva. Por sua vez, a tendência de elevar a taxa da acumulação e reduzir a do consumo começa a exigir maior sensibilidade para evitar o subconsumo. Enfim, é preciso "queimar" os excedentes da acumulação resultante do capital monopolista. Aqui é importante registrar que não se trata de superprodução de bens de valor de uso, mas de bens de valor de troca; de mercadorias, portanto. É MANDEL que nos confirma isto ao dizer que "as crises capitalistas são crises de superprodução de valores de troca" (1990, p. 210). Isto porque "os capitalistas não estão interessados na simples venda de mercadorias. Estão interessados, sim, em vendê-las com **lucro suficiente**" (id. p.211). E uma vez que "o excedente que não pode ser absorvido, não será produzido, segue-se que o estado normal da economia monopolista é a estagnação" concluem BARAN e SWEEZY, (1978, p. 113). Para enfrentar tal contradição criam-se constantemente "mecanismos de consumo". Torna-se imperativo, diante desse quadro, criar sobretudo mecanismos de "consumo improdutivo", o que se torna uma das características do Estado de Bem-Estar Social. Portanto, o Estado de Bem-Estar Social veio preferentemente atender a uma das necessidades centrais do capital deste período e ainda a um grupo bem **determinado** de pessoas em detrimento da população como um todo. Ele mostra ainda que o "Estado de Bem-Estar Social" não é para a massa da população, que consome apenas para sobreviver, mas para determinados grupos sociais que, certamente, apresentam potencial de maior consumo. Justifica-se, portanto e além disso, um atendimento social com características seletivas, tudo para alcançar o que foi o objetivo mais vigoroso, ou

seja, a "absorção do excedente", o que, segundo assinalam BARAN e SWEEZY (1978), foi alcançado.¹

É interessante perceber que no pensamento ortodoxo do período, investir na demanda dos trabalhadores já era considerado um "interesse particularista, e inimigo do desenvolvimento futuro", visto que "o bem-estar dos pobres era um assunto de caridade privada, não da economia" (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, p.33). Algo maior, todavia, estava em jogo, uma vez que no "arcabouço keynesiano é o **consumo** que fornece a força motriz da **produção**" (id. p.33). É indiscutível que sob este pano de fundo é que se deve colocar a teoria econômica keynesiana de "pleno emprego" que neste período - embora considerada heterodoxa para o mundo liberal - faz-se necessária ao capital monopolista a fim de aliviar a estagnação econômica em que ele se encontrava. Acredita-se seja este um ponto bastante expressivo que fundamenta o Welfare State neste período.

Convém registrar, no entanto, que a formação do Estado Social, firmando-se desde o final do século XIX, cria a necessária sensibilidade para a proposição dos direitos sociais neste último, e, na afirmação do Welfare State, tomam aspecto mais acabado. A novidade não reside tanto no conteúdo dos direitos que ele confere quanto no "**modo de inscrever o conflito no direito**" (EWALD, 1987, p.462). Opõe, sim, duas vontades: opõe necessidades, e, sobretudo, opõe desigualdades, exigindo que, constantemente, se façam concessões, conforme as vantagens e/ou

¹ Na análise de BARAN e SWEEZY o Estado com seus gastos administrativos, militares e da Assistência ao necessitado é um desses consumidores do excedente, que eles por sua vez dividem em três componentes: que são os gastos com "compras para fins de defesa", onde estariam os gastos militares; "gastos com 'transferências financeiras', que são as várias formas de pagamentos com seguros sociais"; embora aí o crescimento maior teria sido com juros bancários... e gastos "com a compra não destinados à defesa", onde se incluiriam gastos com a educação pública, saúde, estradas, polícia, bombeiros, tribunais, pensões, legislativos e executivos, estando, portanto, nestes últimos os gastos com "despesas que afetariam o bem estar do povo" que cresceram apenas no ritmo em que a economia como um todo cresceu. O que realmente contribuiu para a absorção do excedente foram os gastos com a defesa e "transferência financeira" que tiveram, na análise dos autores, percentuais de crescimento expressivo. (1978, p. 156-157).

desvantagens que se apresentam conjunturalmente. Uma vez inscrito o "conflito no direito", agora ele é "menos princípio de solução que desafio, menos princípio de coexistência que fator de divisão. E a "expressão **querer o direito**" não pode significar "senão querer o direito de uns contra o dos outros"(1987, p.514). Agora ingressou-se "numa ordem jurídica que é o da **negociação permanente**"(1987, p.513).

Com a afirmação do Estado Social, a sociedade da nova ordem, embora liberal, se vê ante uma realidade que a desafia e exige dela o compromisso de proteção social.

O Welfare State passa a significar "o Estado que garante 'tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação assegurados **a todo o cidadão, não como caridade mas como direito político**' " (BOBBIO, et alii,1986, p. 416, grifo nosso) e seus conceitos estão vinculados às "sociedades de elevado desenvolvimento industrial e de sistema político do tipo liberal-democrático" (BOBBIO, et alii, 1986, p.416), o que se verá mais adiante também, em PRZEWORSKI, (1989), enfatizando o mérito dos partidos social-democráticos no avanço do Bem-Estar Social.

O que para nós se afigura estar o problema do Bem-Estar Social. embasado justamente naquilo que ele coloca como característica sua, seu "propósito de tornar compatíveis dois elementos num único sistema: um, o capitalismo como forma de produção; e outro, a consecução de um bem-estar geral" (DIAZ, 1972, p.112), ou seja, um nível de vida elevado para **todos** num sistema desigual.

Trata-se, portanto, de um "compromisso de classe", no qual o Estado passa a exercer as funções de "fornecedor de serviços sociais e regulador de mercado" (PRZEWORSKI, 1989, p.247). Segundo análise do mesmo autor, "o compromisso

de classe" sob a ideologia do keynesianismo se sustentou até o fim da década de 1960, oportunizando que sob ela "diferentes grupos pudessem confrontar-se dentro dos limites de um sistema capitalista democrático" (1989, p.248). Não estranha, pois, que aponte "a crise do keynesianismo" como sendo a "crise do capitalismo democrático" (1989, p.248), até porque "a redução forçada dos orçamentos públicos rebaixa os políticos à condição de meros administradores da penúria. Diante do poder maior do avanço econômico, eles já não podem arcar com a responsabilidade pela miséria, e isso compromete a estrutura do Estado democrático", nos afirmam agora MARTIN e SCHUMANN (1999, p.288).

Atender aos reclamos sociais como direito, sem anular as exigências do direito civil, que define o modo de ser liberal, eis uma questão de difícil saída, colocada neste momento para o estatuto liberal. Observa-se, portanto, que com a formação do Estado social, a recém-afirmada sociedade burguesa, se vê frente a uma questão que, na verdade, ainda hoje a desafia, mesmo tendo passado pela breve experiência do Welfare State Keynesiano. É, precisamente, o momento em que parece recolocar-se para os adeptos neoliberais no final deste século e, assim, está por reclamar uma nova renegociação com a sociedade pós-Welfare State, para quem os direitos sociais já estão na ordem do dia, embora não com as coberturas necessárias, exigidas pela realidade.

Parece, ainda, haver consenso no diagnóstico de que esta crise tem o epicentro num impasse financeiro. Seguindo a exposição de ROSANVALLON, a "crise deve ser entendida simultaneamente como crise de um modelo de desenvolvimento e crise de um sistema dado de relações sociais" (1984, p.8). Deve-se, pois, apostar num "**novo contrato social**" entre os indivíduos, os grupos e as

classes. Ele remete, portanto, ao que é, muito mais, uma crise de estrutura do que apenas uma crise financeira, que, na concepção do autor, é conjuntural.

Por sua vez, um crítico marxista do porte de O'CONNOR afirma que "a causa base da crise fiscal é a própria **contradição da produção capitalista** - o fato de a produção ser social, enquanto os meios produtivos são de propriedade privada" (O'CONNOR, 1977, p.51). Vale esclarecer que, é **socialização dos custos** por um lado, e a **apropriação privada dos lucros** por outro. Admite-se, assim, que "durante os anos da década de 1960, especialmente no final do decênio, a crise fiscal (e social) fez-se especialmente aguda. As economias capitalistas adiantadas tiveram dificuldades para combinar uma crescente capacidade excedente com uma base tributária estática. Uma concorrência internacional em ascensão e a estagnação econômica exacerbaram o conflito a propósito do controle do orçamento - a distribuição das despesas públicas e o fardo da tributação" (1977, p.52), donde se conclui que a "crise fiscal" é inerente aos processos produtivos capitalistas mais desenvolvidos e não a causa da crise do Welfare State, bem ilustrado no que segue: "os orçamentos públicos seguem a linha mesma descendente que o salário médio da população, porém, aumentam em vez de diminuir as tarefas do Estado. Novas tecnologias encarecem a manutenção da infra-estrutura, danos ambientais exigem medidas abrangentes, a elevação crescente da expectativa de vida da população exige maiores gastos com assistência médica e aposentadorias"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.286).

Algo que nos parece novo, ao menos no que concerne ao que temos visto até aqui, segundo Oliveira, é em relação à **internacionalização** produtiva e financeira da economia capitalista" (1988, p.12), Ou seja, a internacionalização só foi "possível graças ao padrão do financiamento público do Welfare State". Com a

internacionalização "desterritorializam-se o investimento e a renda". Porém, o financiamento do Welfare State, permanece nacional. Ainda em relação ao Estado, é bom lembrar a contribuição de BRUNHOFF, no paralelo que faz entre o Estado de Keynes e o dos neoliberais. Segundo ela, "Keynes queria um Estado forte, capaz de impor a todos o aumento das despesas públicas e a manutenção do nível de vida dos assalariados, para acabar com a crise econômica atribuída à insuficiência da 'demanda efetiva'. Os novos ortodoxos, eles também, [embora paradoxalmente o neguem] querem um Estado forte, capaz ele próprio de respeitar e fazer admitir uma ordem social baseada na liberdade de empresa, para que a regulação pelo mercado atue plenamente" (1991, p.43). Os neoliberais execram o Estado, não o fazendo, certamente porque de fato querem um Estado mínimo, mas porque há o reconhecimento de sua fragilidade frente às transnacionais que subordinam tanto o Estado quanto os governos nacionais.

Situando o início da crise - ao menos na sua forma aberta - na década de 70, encontra-se em "A Crise do Capital", a informação de que "entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a primeira recessão generalizada desde a 2ª Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente **todas** as grandes potências imperialistas...é uma **crise clássica de superprodução**", afirma MANDEL (1990, p.23). Também em BRUNHOFF encontra-se um raciocínio nesta linha, quando assegura que "nenhuma política econômica foi capaz de impedir a explosão de uma crise, que atingiu **todos** os países capitalistas desenvolvidos, em 1974-1975" (1991, p.31, grifo nosso). De fato, "a crise econômica tornou-se aberta em 1974, por ocasião da quadruplicação do preço do petróleo" (1991, p.44). O "forte crescimento de após-guerra" também é lembrado por ela. No entanto, este já vem "comprometido desde meados dos anos 60 pela baixa rentabilidade do capital, que

cedeu lugar a um período de 'estagflação': alta de preços, e aumento do desemprego. No fim dos anos 70, os governos conservadores da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos adotaram políticas chamadas de 'desinflação', à custa de um desemprego elevado. O objetivo do pleno emprego da mão-de-obra nacional deixou de ser prioritário" (1991, p.31). É importante que se registre ainda que o Welfare State não foi igual em todos os lugares e tempo, pois "na Europa estas práticas [as políticas sociais] se desenvolveram como parte de um ideário mais amplo: eram os fragmentos sobreviventes de uma derrotada utopia e essa utopia talvez a realizar-se algum dia, sempre existiu como suporte de uma política social" (GLAZER, 1990, p. 37). Enquanto isso, nos "Estados Unidos as mesmas propostas tiveram de ser apresentadas em terreno puramente pragmático: não eram fragmentos sobreviventes de uma grande visão utópica. Eram simplesmente maneiras sensíveis de tratar problemas" (1990, p. 37). Na Europa, ao menos como espectro, havia algo da ideologia socialista, o que já não se encontra nos Estados Unidos. Como também em alguns países o Welfare State não terminou, a Renda Mínima na França, só para lembrar um exemplo.

Outro elemento da crise aparece com a crescente fragilização, da social-democracia e da esquerda europeia em geral, quando decresce a força política que dá sustentação ao compromisso havido no Welfare State.

É de se constatar que as causas apresentadas pelos progressistas, ainda que com algumas diferenças, apontem todas para a necessidade de uma nova estrutura social, porquanto as análises convergem para a idéia de que a crise do Welfare State é uma crise do próprio capitalismo. É "o futuro da própria estrutura social que está em jogo, através da dúvida quanto às **finalidades** do Estado-Providência, pois

o problema posto é o da **igualdade na sociedade**" (ROSANVALLON, 1984, p.30, grifo nosso).

O problema consiste, segundo a autora, em que, enquanto se afirma a igualdade, na verdade, se busca "libertar a sociedade da necessidade e do risco", coisas aparentemente incompatíveis na ordem dada. E não bastasse isso "é nesse programa que se baseia a sua legitimidade". E mais, é este o paradoxo que está "no cerne do desenvolvimento de todos os sistemas de proteção social" (1984, p.27-28). O programa de atendimento à necessidade é sempre limitado. Por isso, a **necessidade sempre precisa** ser vista como **referência histórica e social**. Logo, a função do Estado-Providência "de **libertação da necessidade** reforça a da **igualdade**. O Estado-Providência é, desta forma e neste sentido, o produto da **cultura democrática e igualitária moderna**" (1984, p.29, grifo nosso). E é aqui, segundo o autor, que "deve ser compreendida a interrogação atual sobre os seus limites" (1984, p.29). Coloca, portanto, o cerne da **crise do Estado de Bem-Estar como sendo uma crise de igualdade**. ROSANVALLON faz ver que o "valor igualdade funcionou, intelectualmente, sem problemas - (...) -, enquanto se tratou de inscrevê-lo numa norma jurídica, civil (igualdade para todos perante a lei) ou política (sufrágio universal). O objetivo era sempre claramente situável e definível. Já, assim não sucede desde que se trate de lhe conferir uma tradução **social e econômica**, apesar de logicamente complementar" (1984, p.30). Acredita-se, que, se "o neoliberalismo defende a legitimidade da desigualdade", é porque nele os conservadores procuram mais "defender a **desigualdade como diferença**" (LAMOUREUX, 1986, p.58, grifo nosso).

Para LAMOUREUX "a crise financeira atual do Estado-Providência serve de ótimo pretexto para se colocar em questão e tentar reformular o consenso societal

sobre os objetivos desejáveis de igualdade..." (1986, p.55). Não há dúvidas sobre o que afirma, já que: "a ideologia igualitária é uma das figuras mais alvejadas pela ofensiva neoliberal e pela onda conservadora..." (1986, p.56). Como se viu anteriormente, a igualdade reconhecida é uma igualdade inscrita nas normas jurídicas, civis e políticas e não nas econômicas e sociais. É a partir deste contexto que se deve situar a crise das formas de proteção social havidas no Welfare State, bem como as crises da economia capitalista mundial, que se seguem nas décadas seguintes sob a dominância do capital financeiro. Segundo atesta CHENAIS, "são o número de choques, de sobressaltos e de crises de natureza financeira que marcam a mundialização financeira e o regime de acumulação sob a dominância rentista desde que ele se impôs, no início dos anos 80" (1998, p. 29).

Que futuro se sinaliza para o Estado de Bem-Estar Social? Se é que no futuro ainda cabe o Estado de Bem-Estar, ante os impasses que se apresentam hoje. O que constitui a Questão Social hoje? Quais os elementos que a compõe? Que aspectos apresenta? são questões a serem perseguidas ao longo deste trabalho. Por isso procurar-se-á detectar alguns impasses que se colocam para o próprio sistema capitalista, bem como as reformulações pelas quais passa, assim como as características do período pós-Welfare State.

É basicamente consensual, entre os críticos de esquerda, que "a princípio dos anos setenta terminou um longo período do crescimento capitalista"(MISHRA, 1993, p.58) e que o Estado de Bem-Estar do pós-Guerra " 'produto do desenvolvimento contraditório da sociedade capitalista'", tem "'gerado novas contradições' e que agora minavam o capitalismo". E, portanto, "o capitalismo se enfrentava com um impasse - uma mescla de inflação, recessão, desemprego e déficit orçamentário -

que não se poderia romper sem mudar os parâmetros econômicos (e possivelmente políticos) do consenso do pós-guerra"(MISHRA, 1993, p. 59).

A exclusão de toda uma massa populacional parece já não despertar sensibilidade ao sistema capitalista neste final de século. Compreender o que está em jogo, o que está se afirmando, a partir de que ganhos e perdas, a partir de que valores, se faz necessário para saber a interrelação que existe entre a crise deste final de século e a exclusão social cada vez mais acentuada. Estar-se-ia diante de uma nova configuração do capitalismo mundial? Em que consiste e que valores sobreviverão? Qual o seu conteúdo? As novas relações, tanto entre os indivíduos, quanto entre as comunidades e nações que modelam a vida social e política nesta nova fase econômica da acumulação do capital, mais conhecida por "a mundialização do capital" e que se instaura a partir da década de 80, são questões que necessitam ser compreendidas para que se possa, ao menos, vislumbrar algo nesse atordoamento do redemoinho global.

Uma das constatações mais imediatas é que a acumulação se faz através do capital financeiro sob novas formas de "centralização de gigantescos capitais financeiros", cujos administradores são figuras anônimas, que "personificam o 'novo capitalismo' de fins do século XX" (CHESNAIS, 1996, p.14-15), embora seja "na produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social e de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza" (1996, p. 15). Talvez seja este o maior dano no campo social, a despersonalização e fetichização da riqueza, que CHESNAIS chama de "fetichismo da liquidez", produtor de "comportamentos patologicamente nervosos" em que a "busca de credibilidade" dos mercados se converteu no mito novo (= "o novo Graal") dos governos. (1996,p.

15). Dessa forma e dado o grande volume que o capital monetário representa "o nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados deixa-lhes pouca margem para agir, senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados... salvo que questionem os postulados do liberalismo"(1996, p.15). Está dada, assim, a fragilização cada vez mais acentuada dos estados nacionais em relação aos centros de decisão capitalista. Segue-se à ascensão do capital financeiro uma forma cada vez mais agressiva para aumentar a produtividade do capital a partir do trabalho, disso resultando as formas da reestruturação produtiva com todas as conseqüências para o nível do desemprego, cujo resultado sobre o homem, como veremos mais adiante, tem se mostrado cada vez mais cruel.

A "mundialização do capital", na acepção de CHESNAIS corresponde "mais exatamente à substância do termo inglês "globalização", na medida em que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta "globais". Ele vale, ainda, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem (1996, p.17), significando que as operações financeiras liberalizaram e desregulamentaram os mercados nacionais de forma seletiva, uma vez que, nem todo planeta interessa ao capital, mas somente parte dele, dando-lhe total liberdade de escolher "quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele" (1996, p. 18). Além disso, certos países e regiões "não são mais alcançados pelo movimento da mundialização do capital, **a não ser pela forma contraditória de sua própria marginalização**" (1996, p. 18). Embora a mundialização e a hierarquização se aplique mais ao capital financeiro, esta se estende às relações políticas, criando a dominação e dependência entre os Estados.

Disto se conclui que a "mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais"(d.:18), ainda que os fragilizem sobremaneira. E o "abismo que separa os países participantes, ainda que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais"(1996, p.19) nos países que se entendem como internos à própria burguesia. Tais modificações, também, alcançam as relações políticas nos países, agora entendidas como relações internas de um novo imperialismo da própria burguesia. São, hoje, os EEUU, embora considerados "a fonte principal do parasitismo financeiro, que está gangrenando o capitalismo mundial", os que impõem hegemonia por todos os meios ao seu alcance (1996, p. 19), e um desses meios está na sua supremacia militar. O que lhes possibilita impor a liberalização e desregulamentação, definindo as regras do comércio e das finanças, ² sobretudo, a países como o Brasil, através do FMI, e da OMC ³ impondo jogos pesados e a extorsão, via dívida externa, hoje, sangrando valores que impedem o crescimento da economia e um conseqüente investimento social.

² Notar que a liberalização comercial implicou em desequilíbrios de grande magnitude no balanço do pagamentos brasileiros, submetendo o país às exigências impostas pelo sistema financeiro internacional, pois o ingresso de capitais estrangeiros é condição "*sine qua non*" para estabilidade econômica.

³ A submissão da país às regras do comércio (OMC) liberalizado confronta-se com o protecionismo praticado pelos países centrais. Dessa forma, a aplicação das regras do direito internacional se faz unilateralmente.

1.2. SOB A DOMINÂNCIA DO CAPITAL FINANCEIRO: O DESCOMPASSO DA SOBREVIVÊNCIA HUMANA E DOMOCRÁTICA

Não se tem dúvida de que se está afirmando, cada vez mais, uma nova configuração do capital mundial. Aprofundar-lhe a compreensão se faz necessário para detectar-lhe a influência sobre o tema da proteção social, enfim da sobrevivência humana e democrática, neste início de século. Acredita-se seja um novo aprofundamento da internacionalização financeira a que o mundo vem assistindo.

O sistema financeiro, cuja estabilidade baseava-se no quadro regulatório montado após o **débâcle** dos anos 30, começava a ser alterado por uma *práxis* privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação (BRAGA, 1998, p. 201). Começa a desenhar-se um novo padrão de riqueza que, em síntese, "provém da mudança do sistema de financiamento do investimento produtivo, baseado nos lucros internos das empresas, no crédito bancário de curto e médio prazos e no **funding** estável do mercado acionário e de títulos, proporcionados pelos fundos de pensão e seguradoras"(1998, p. 201). segundo o mesmo autor "uma **massa** de riqueza" passa a circular, "nacional e internacionalmente, em **magnitudes desproporcionais às necessidades de financiamento da produção e circulação de bens e serviços**; com vigência em períodos prolongados, não apenas conjunturalmente, com o que se revela um **traço estrutural**, característica da financeirização como padrão sistêmico de riqueza"(BRAGA, 1998, p. 206, grifo nosso). São, portanto, os traços estruturais

da financeirização como padrão sistêmico de riqueza, que se afirmarão nas próximas décadas.

A esfera financeira, já dizia CHESNAIS, "nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações" (1996, p. 246). Amparado em Marx (Livro III cap. XXV), ele fala da capacidade que o capital monetário concentrado tem de "viver às custas da esfera de criação de riqueza", formando uma " 'massa organizada e concentrada de capital-dinheiro... ' (...) Essa massa permite que o capital deixe de ser simples elo de valorização do capital na produção industrial, para se constituir em força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros" (CHESNAIS, 1996, p. 246). E, ainda, " independentemente de seus aspectos de agiotagem, como capital que rende juros, o capital monetário concentrado representa 'a forma mais alienada, mais feitichizada da relação capitalista' ", a forma em que um "capital D se fecunda e gera D', sem passar por um investimento produtivo". Ou seja, é a forma de " **o dinheiro que gera mais dinheiro**, (grifo no original) um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo [de produção e de comercialização de mercadorias] que sirva de mediação entre dois extremos' ".

⁴ E mais " 'o lucro dos banqueiros não passa de uma retenção sobre a mais-valia' ". (MARX, Livro III, cap. XXIII e XXIV, in CHESNAIS, 1996, p. 246-47) como também "a capacidade do capital gerador de juros de fazer valer suas exigências na partilha da mais-valia vai depender do grau de centralização e de concentração, atingidos pelo capital monetário" (CHESNAIS, 1996, p. 247).

⁴ Para HILFERDING, o capital financeiro é um capital bancário, guardadas as devidas proporções é, " quando 'o capital financeiro aparece como capital monetário e possui, efetivamente sua forma de movimento D-D' (Dinheiro - Dinheiro Ampliado), dinheiro produtor de dinheiro, a forma mais geral e mais absurda do capital'" 1993, p. 264, in BRAGA, 1997, p. 197).

Disso se conclui que a globalização financeira é o momento em que esta capacidade chegou ao seu mais alto grau. E que " 'essa retenção sobre a mais-valia' tem a forma imediata de uma punção sobre os lucros industriais. Mas as empresas, principalmente as grandes, têm os meios de transferir o peso dessa punção sobre os assalariados".(CHESNAIS, 1996, p. 247). Dessa forma, um capital cada vez mais concentrado, vai querer multiplicar as oportunidades de obter lucros puramente financeiros. Já não é preciso muita reflexão para perceber o que resulta disso à produção, que em última instância, gera o emprego para a nossa gente.⁵

O autor aponta ainda a dívida pública como segundo grande mecanismo de transferência de riqueza para a esfera financeira.

A concepção "moeda de crédito" como capital fictício, hoje se dá pela ausência da relação "moeda lastro-ouro". Por isso é ilustrativa a síntese que se segue: "Num regime de moeda de crédito, grande parte do capital monetário é criado 'ex nihilo', a partir de nada, dentro do sistema bancário, como adiantamento contra um rendimento futuro, e não como expressão de rendimento já realizado, resultante de acumulação de capital produtivo", des-interessando, portanto, o investimento em capital produtivo, com todas as conseqüências para a industrialização e o nível de emprego. Outro aspecto, "reforçando a dimensão de capital fictício da moeda de crédito, há ainda o fato de que, muitas vezes, sua criação está ligada à compra de títulos da dívida pública pelo banco central, proporcionando aos bancos comerciais recursos excedentes que podem ser emprestados, e que são o ponto de partida, a matéria-prima para a criação da

⁵ " A estagnação do capital industrial, que foi o que inicialmente alimentou a corrida das empresas para ativos financeiros, agravou-se neste sentido, desembocando num perigoso círculo vicioso que nos trouxe uma década

moeda bancária privada" (GUTTMANN, 1998, p. 78). Relacionada com "esta mesma dinâmica está a transformação das finanças públicas em reféns, a ponto de lhes reduzir sensivelmente a capacidade de promover o gasto autônomo dinamizador do investimento, da renda e do emprego; de tornar financeirizada a dívida pública que, como tal, sanciona ganhos financeiros privados e amplia a financeirização geral dos mercados"(BRAGA, 1998, p. 238). Desse modo, pode-se afirmar com o próprio BRAGA no artigo "financeirização global", que no capitalismo contemporâneo, " **a financeirização é o padrão sistêmico de riqueza**", originado nos anos 60, nos Estados Unidos e difundido mundialmente, nas últimas décadas (1998, p. 195). Seguindo a mesma reflexão, nos remete a uma síntese preciosa, quando afirma que "a dominância financeira - a financeirização-, (é) expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo"(1998, 195). A financeirização é, portanto, intrínseca ao sistema capitalista, faz parte da própria lógica do atual capitalismo, é o modo de ser da riqueza contemporânea. Senão vejamos:

"Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural, segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da *práxis* de segmentos ou setores - o capitalismo bancário, os rentistas tradicionais- mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionados à operação das finanças e dispêndios públicos, modificando-lhe a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está, atualmente, configurado" (BRAGA, 1998, p. 196).

É um sistema que tomou conta tanto dos planos nacionais quanto dos internacionais, ditando normas e produzindo efeitos, conforme o grau de participação das nações nos capitais mundializados. É importante que se registre aqui, até porque nos atinge mais proximamente, este " 'modelo' que já se impõe nas periferias asiáticas e latino-americanas, caracterizando-se nas últimas pela **estabilização monetária, a qualquer custo**, em que se salientam a **desindustrialização**, a **desnacionalização** e a expansão de circuitos de valorização patrimonial e financeira" (BRAGA, 1998, p. 199, grifo nosso). Com todas as conseqüências que advêm disso sobre o emprego, o meio ambiente, trazendo pobreza e violência, uma expressão política cada vez mais fragilizada, tanto pela submissão econômica quanto pelo espaço político perdido para as organizações do crime.

No plano internacional, conforme BRAGA, "esse padrão de riqueza se exercita, concretamente, no mercado de capitais (), mundialmente integrado, composto por ações, bônus e títulos financeiros, em geral, públicos e privados, representantes da grande massa de riqueza mobiliária, desproporcional, face à riqueza real, produtiva". (BRAGA, 1998, p.199) É, enfim, "o regime de taxas flexíveis de câmbio, como aquele pertinente à lógica financeirizada, que, combinado com os juros e a capitalização em bolsas de valores, estabelecem, predominantemente, os critérios de valorização e desvalorização da riqueza"(BRAGA, 1998, p. 199).

A mundialização financeira, segundo CHESNAIS, "nasceu de interação, ao longo de quinze anos, entre o movimento do fortalecimento do capital privado - tanto industrial quanto bancário - e o crescente impasse das políticas governamentais". Ela está situada no contexto "do fim dos anos dourados", que

não pode ser compreendida fora "do que os regulacionistas chamam de 'crise do modo de regulação fordista' ", e que os "marxistas descrevem como ressurgimento, num contexto determinado, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, que haviam sido abafadas entre 1950 e a recessão de 1974" (1998, p. 16-17).⁶

A "emergência das finanças de mercado mundializadas" são apresentadas em "três grandes etapas" por CHESNAIS (1998, p. 23-31). O autor situa a primeira etapa, entre 1960 a 1979,⁷ como sendo de "internacionalização financeira 'indireta' " de sistemas nacionais fechados, isto na década de 60, quando ainda "coexistem sistemas monetários e financeiros". É a época em que os "bancos continuavam sendo as instituições financeiras dominantes tanto no plano nacional como no internacional" (1998, p. 23).

É também o "início do endividamento do Terceiro Mundo"(1998, 24).⁸

Quando "os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo, sem

⁶ Importante é registrar uma observação que o autor faz sobre o capitalismo mundial. Em sua obra "A mundialização do Capital" explica que "a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo mundial partia, ainda, das operações do capital industrial- ...". Já no livro, "A mundialização financeira", destaca o "fato de a mundialização do capital ser mais dinâmica na esfera financeira que em qualquer outro domínio -, por isso neste novo trabalho, se impõe um deslocamento qualitativo, (...). É da esfera financeira que se deve partir se desejamos compreender o movimento em seu conjunto" diz CHESNAIS (1998, contracapa).

⁷ Algumas das medidas desta etapa são a revogação em agosto de 1971- em decreto unilateral pelos Estados Unidos do sistema Bretton Woods, que pôs fim ao padrão ouro para dólar, vigente desde 1944, que abre caminho para a adoção das "taxas de câmbio flexíveis" o que segundo o autor "é o ponto de partida de uma instabilidade monetária crônica" (CHESNAIS, 1998, p. 24 - 25). O mesmo autor ainda nos situa quanto ao padrão ouro, 1880 a 1914, que, segundo o autor, foi um período de mundialização financeira" (que se encerrou em 1914), distinta da fase atual. Temos o período, ouro-dólar em 44-71, conhecido como sistema Bretton Woods. E a partir de 1971 tem-se a taxa de câmbio flexível, em que o preço entre duas moedas é estabelecido pelo mercado. (1998, p. 13). Quando se estabelece, conforme vimos "uma instabilidade monetária crônica", BRUNHOFF, de uma forma muito pertinente, nos lembra que "os problemas da instabilidade monetária internacional dizem respeito a uma das formas de articulação entre finanças sem fronteiras e territórios [definidos]de produção"(1998, p. 59).

⁸ Este processo, segundo explicação bastante didática de BRAGA, se dá da seguinte forma. "O déficit público e a inflação colocavam em dificuldades o manejo das políticas fiscal e monetária: tinha de manter o déficit sob controle, mas, ao mesmo tempo, os dispêndios governamentais em programas sociais, infra-estrutura e programas militares deveriam ser preservados. Desta forma, o Fed adquiria títulos do Tesouro, monetizando parte da dívida nacional, e, assim, aquelas aquisições de open-market atavam os déficit orçamentários federais à criação automática de moeda"(1998, p. 201).

dúvida, o mais decisivo, de um processo que colocou, primeiro os países do Terceiro Mundo, e hoje, o sistema mundial como tal, à mercê do capital rentista" (CHESNAIS, 1996, p. 251). Como se vê, foi facilitado por um "multiplicador de criação de créditos" o que fez com que o próprio M. Friedman, já em 1969, se perguntasse se os eurodólares não nasciam "da caneta dos contadores" dos bancos, evidente antes da invasão dos computadores, lembra CHESNAIS, (1996, p. 255).⁹

SUZANE BRUNHOFF informa que "desde 1971 a 1973, o regime é de flutuação das divisas fortes; que o preço da troca é estabelecido pelo mercado, sem estar atrelado a uma paridade oficial, a algum padrão comum (ouro, dólar)". E mais "de tempos em tempos, levantam-se vivas inquietações, suscitadas pela volatilidade das taxas de câmbio, em comparação à relativa estabilidade do regime de taxas fixas de Bretton Woods, volatilidade que não pode ser explicada tomando-se como referência mudanças econômicas". (1998, p. 35) Embora se apresentem diferentes interpretações teóricas o que fica claro é que "as medidas propostas para reduzir a instabilidade cambial estão baseadas em compromissos que envolvem, em maior ou menor grau, correlações de forças econômicas e sociais", é o que se constata a partir de BRUNHOFF (1998, p. 36). Ela também registra que há dificuldade de um padrão monetário internacional, dado o "desenvolvimento desigual dos países. Uma vez que o poder de compra da moeda de um país em relação a outro se define a partir da correlação de forças". (1998, p. 44) Ainda em relação à dificuldade de uma combinação das moedas,

⁹ Outra informação preciosa sobre a dívida pública e o seu desdobramento sobre a dinâmica nos diferentes países, nos traz CHESNAIS, no que segue; "A reciclagem dos 'petrodólares', realizada pelo mercado de eurodólares, permitiu aos países da OCDE superarem a recessão de 1974-1975, aumentando rapidamente as exportações. Mas, também, e sobretudo, essa reciclagem deu origem a dívida externa esmagadora que tantos

nacional e internacional, evoca um outro obstáculo - apesar do desenvolvimento da produção hoje ser internacional-, " a internacionalização do capital não é a internacionalização dos assalariados, que atuam em territórios determinados, social e politicamente" (BRUNHOFF, 1998, p. 43), mantendo sempre características e relações nacionais de produção e distribuição.

Como não houvesse nenhum acordo internacional que oficiasse o fim do "padrão dólar", houve uma dispersão de regimes cambiais. Vários países periféricos ligaram sua moeda ao dólar. Mas "apesar da diversidade de regimes cambiais, é a flutuação das três moedas das maiores potências capitalistas - dólar, marco e iene - que leva a caracterizar o regime atual como um regime de câmbio flutuante" (1998, p. 50). Hoje também o euro participa com expressão significativa, dessa referência na definição de câmbio. Porém, "o dólar continua sendo a principal moeda contábil internacional" e exerce um papel de dominância (1998,p. 52). Fica, pois, explícito que "na falta de uma norma monetária internacional, a taxa de câmbio das moedas depende das relações entre políticas monetárias nacionais e da arbitragem feita pelos mercados financeiros"(BRUNHOFF, 1998, p.50). Como norma de "elevada rentabilidade foi ela imposta universalmente pelos mercados financeiros", o fato veio afetar especialmente "os devedores mais vulneráveis" dos países periféricos, mas, também, afetou o nível de emprego, os salários, a previdência social, o endividamento público dos Estados desenvolvidos, uma vez que, segundo análise da mesma autora, "a globalização das finanças (...) modificou as políticas monetárias nacionais"(1998, p. 51). Embora várias propostas possam

países do terceiro mundo carregam, há vinte anos, como uma bola de ferro à qual vivem acorrentados"(1998, p.15).

estar sendo apresentadas como, por exemplo, "tributar moderadamente todas as operações cambiais a curto prazo, de modo a desencorajar aqueles que só tenham por objetivo a obtenção de ganhos cambiais" , mas "preconizar uma reforma fiscal" seria o mesmo que romper com a ideologia neoliberal ,que passa a ser dominante no final do período, bem como, o "mito dos benefícios de uma 'globalização financeira'" (BRUNHOFF, 1998, p. 58- 59). É preciso ter bem presente que "toda reforma baseada em acordos que visem a limitar a instabilidade monetária internacional, tributando a especulação, atinge os interesses dos que lucram com essa instabilidade", alerta a autora; por outro lado, pode-se, - diria mesmo ser necessário -, estimular e buscar obter o "respaldo dos que são lesados pelos excessos do setor financeiro". Porém, "sem modificar a correlação de forças, nenhuma proposta de novas relações monetárias internacionais terá a menor possibilidade de êxito", afirma BRUNHOFF. (1998,p. 59) E diz mais, "difícilmente se podem conceber mudanças de 'cúpula' sem que existam movimentos 'de baixo para cima' dos assalariados, lesados pelas atuais políticas monetárias, ou então uma grave crise internacional..."(1998, p. 59), que na nossa compreensão, é tudo o que se procura evitar. Portanto, nem crise, nem desenvolvimento, eis a questão! Já na segunda etapa, 1980 a 1985, que CHESNAIS denomina de fase da "desregulamentação e liberalização financeira", e que consiste na abertura dos sistemas financeiros nacionais, é parte de "um amplo movimento de desregulamentação monetária e financeira" ainda não encerrado, lembra o autor. Estas foram medidas que se decidiram tanto pelos governos norte-americano quanto pelo britânico,¹⁰ e, em consequência, houve a "expansão dos

¹⁰ Os conservadores após as vitórias eleitorais de 1979 na Grã-Bretanha e de 1980 nos EUA, levantaram dogmas

mercados de bônus interligados internacionalmente" dando origem ao "**sistema contemporâneo de finanças liberalizadas e mundializadas**"(1998, p.25 grifo nosso). Conseqüentemente, veio atender, segundo a reflexão de nosso interlocutor aos "interesses de dois grupos de atores importantes: **os governos e os grandes grupos que centralizavam poupança**"(1998, p. 26, grifo nosso), em especial, e em primeiro lugar, atendendo a governos dos países industrializados, financiando "déficits" orçamentários, "através da colocação de bônus do tesouro e outros títulos da dívida nos mercados financeiros"(1998, p. 26). Assim "a 'mercadorização dos títulos públicos marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positivos. Foi ela que pôs nas mãos dos investidores financeiros a capacidade de determinar o nível de ' remuneração' dos empréstimos, isto é, das taxas de juros a longo prazo"(CHESNAIS, 1998, p. 26). Ou seja, aos governos é permitido "jogar com o nível das taxas de câmbio de sua moeda" e os "Estados Unidos não deixaram de usar esse recurso" como forma de "atrair mais rapidamente a liquidez mundial", quando em 1980 "provocaram a elevação súbita do preço do dólar", exemplifica o autor (1998, p.26). Assim, estão dadas as condições para a "securitização da dívida pública". Na lógica comportamental da dívida pública americana ¹¹, embora "certos economistas norte-americanos se recusassem a reconhecer", o autor lembra do " papel fundamental cumprido pelos Estados Unidos no surgimento do sistema de 'ditadura dos credores', como regime de caráter

de política econômica totalmente diferentes, como lema desta política: o chamado neoliberalismo dentro da concepção de economistas como o conselheiro de Reagan, Milton Friedman e do mentor do governo Thatcher, Friedrich A. von Hayek. (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 153).

¹¹ Basta observar o registro de que em relação ao orçamento federal do Estado Americano, o serviço da dívida passou de 12,7% em 1980 para 20,1% em 1990. Representando, segundo dados do FMI 39% do total da dívida pública dos países da OCDE.; outras fontes, conforme registra CHESNAIS, dão um valor mais elevado podendo chegar a 50% (1998, p.27).

mundial, que afeta, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, todos os países" (1998, p. 27).

É, também, nesse período - "do regime de finanças de mercado"- , " (...) da centralização e concentração de um capital que atua quase exclusivamente na esfera financeira", que os bancos perdem a concorrência para os Fundos de Pensão e sociedades de investimento coletivo. Segundo CHESNAIS, foram "esses fundos que mais diretamente se beneficiaram das reformas constitutivas da mundialização financeira e da adoção de financiamento dos déficits orçamentários dos países da OCDE, mediante colocação de títulos nos mercados financeiros"(1998, p. 28). Com relação à "ascensão da esfera financeira após a liberalização e desregulamentação, houve, ainda, múltiplas conseqüências sobre o comportamento dos grandes grupos industriais, cuja financeirização, teve início nesta fase", registra o autor (1998, p. 28).

É importante que seja lembrada aqui a função que exercem os Fundos de Pensão quando a poupança acumulada ultrapassa certo limite, apresentando, então, uma "caracterização econômica complexa" dada sua "dupla natureza". Por um lado, "constituem o resultado acumulado de contribuições sobre salários e benefícios", quando sua "finalidade declarada é garantir a esses assalariados, quando se aposentam, uma pensão regular e estável". Eis uma forma institucionalizada de poupança, e, de qualquer forma, sua fonte inicial provém de rendimentos salariais. Por outro lado, continua o autor, "a partir do momento em que a poupança acumulada ultrapassa certo limite, os fundos passam a figurar entre as instituições financeiras não- bancárias, tendo a função de fazer frutificar um montante elevado de capital monetário", mudando, assim, "**a natureza econômica dos fundos**" que deixam de ser "a expressão de

poupança modesta" e "passam a ser instituições centrais, de capital financeiro, encabeçando as 'finanças especulativas'" com todas as conseqüências adversas que ele produz sobre o próprio setor-trabalho (CHESNAIS, 1998, p. 28-29). Mais especificamente, "o objetivo dos fundos é valorizar seus ativos industriais, pelos mesmos critérios que os seus ativos financeiros como um todo.

Os gestores dos fundos buscam a maior rentabilidade, ao lado de um máximo de mobilidade e flexibilidade, sem reconhecerem nenhuma obrigação, além de fazer render os fundos. As conseqüências destas operações sobre a acumulação e o nível de emprego 'não são problemas deles"', lembra CHESNAIS (1996, p. 293). Ou melhor, é com o próprio "dinheiro dos assalariados que o capital financeiro pode encontrar a nova força..." como diz FARNETTI, (1998, p. 209) referindo-se ao montante e ao significado da participação dos fundos de pensão na própria financeirização e mundialização do capital. Ironicamente poder-se-ia dizer que é com os recursos dos próprios operários que os fundos os jogam no desemprego e desespero futuros. Ele registra, ainda, uma outra afirmação mais paradoxal "'os lucros continuamente crescentes liberados pelos fundos de pensão refletem o quanto de **vantagem que o capital soube reconquistar sobre o trabalho**' " (FARNETTI, 1998, p.209). Dir-se-ia mesmo que produz o efeito contrário da sua origem. De forma quase conclusiva, poder-se-ia dizer que o capital financeiro concentrado nos fundos de pensões e de outros fundos está no centro vital do processo da globalização financeira e, de certa forma, determina a economia mundial. É um dinheiro que vem do trabalho e, enquanto se realiza no campo financeiro, obstrui o próprio trabalho.

1.2.1.O "POLÍTICO " TRAVESTIDO DE "TÉCNICO"

São as orientações e decisões dos que aparecem como se fossem "apenas técnicos"., porém, que, na verdade, orquestram um "novo totalitarismo sistêmico com pretensão irreversível..."(FARNETTI, 1998, p. 210), de tal forma que os próprios governos se inclinam às suas ordens, os responsáveis últimos do sistema que se implantou.

Por ocasião da crise do México, em 1995, "em menos de 24 horas, meia dúzia de homens, **totalmente fora do controle parlamentar** (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 67, grifo nosso) consegue montar um programa de apoio, - no pronunciamento do próprio Camdessus do FMI, até para justificar o seu "golpe noturno", como ficou conhecido -, para liberar 18 bilhões de dólares dos contribuintes do FMI. Isso "não deixa nenhuma dúvida de que Wall Street e seus **gerentes de fundos** são aqueles que tomam as decisões: 'o mundo está nas mãos daqueles rapazes '" (These guys), diz, referindo-se aos tecnocratas, que por sua vez argumentam, "o poder não está conosco, mas com o mercado" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 264). Noutro lugar, os autores concluem e isto preocupa de forma muito especial, que "a sujeição às diretrizes do setor financeiro, torna-se um assalto à democracia" (1999, p, 100). Admitindo-se que "os administradores profissionais do dinheiro apenas cumprem sua tarefa, exigindo o máximo de rendimento pelo capital que lhes foi confiado", dá bem a dimensão de que com a atual supremacia do capital financeiro, "podem colocar a perder mais de cem anos de árduas lutas e conquistas sociais"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 100) . Cientes e ciosos de seu poder, os representantes dos "These Guys", - os tecnocratas do capital-, avessos a qualquer controle

político ameaçam: "se o Estado se intrometer em nossos negócios, 'instalaremos nossas sedes em navio, no meio do oceano'" (1999, p. 120).

Eis uma preocupação já demonstrada pelo homem forte da ONU Boutros-Ghali, em relação ao desenvolvimento da globalização e o espaço democrático, quando se questiona: " 'adianta que a democracia seja definida em alguns países, enquanto o sistema global é dirigido por um sistema autoritário, isto é, por tecnocratas? "e ainda "as possibilidades de influência dos governos nacionais diminuem cada vez mais, ao passo que a competência dos jogadores globais, sobretudo no setor financeiro, cresce a olhos vistos sem que sejam controlados por quem quer que seja" (1999, p. 259).

São reflexões que não deixam dúvidas de quanto a democracia, e como consequência, a própria vida humana, nos países que não partilham das benesses da globalização financeira, valem pouco. Os Estados nacionais, que ainda poderiam ser uma âncora para assegurar um mínimo de atendimento social, estão cada vez mais fragilizados porque se encontram fora do jogo que acontece e define o que é, verdadeiramente, importante neste sistema da financeirização do mundo. O relatado parece ter um significado maior, pois vem justamente explicar por que o estatuto da política possui cada vez menos valor e será muito difícil reverter o que alguns apontam como saída, ou seja, que é necessário, apesar de tudo, restaurar o Estado e restabelecer a primazia da política sobre a economia.

Uma terceira etapa do processo da mundialização financeira ter-se-ia dado entre 1986 a 1995, consistindo na abertura e desregulamentação dos mercados por ações que, segundo CHESNAIS, "vieram com um pouco de atraso em relação às dos mercados dos bônus. Foi, só em 1986, que estourou o "big bang"

na City, forçando todas as outras praças a acelerar-lhe o processo de liberalização", marcando assim o início da terceira fase (1998, p. 29-30).

A incorporação e uma atuação na abertura e desregulamentação também sobre os mercados financeiros "emergentes" do Terceiro Mundo, nos anos 90, que, segundo o autor, representa a etapa mais recente da mundialização financeira, é mais um aspecto que, certamente, tem de ser considerado mais adiante para compreender a influência da financeirização sobre a flexibilização do trabalho e seu desdobramento na hodierna questão social.

A abertura dos mercados de matérias-primas - que também participa desta fase - é um dos aspectos mais característicos da globalização financeira e diz respeito "à emergência de uma verdadeira 'economia internacional de especulação'" que não se limita a "especulação clássica nos mercados de câmbio de divisas, mas igualmente as atividades cada vez mais arriscadas de novos 'produtos' complexos", referindo-se a um número crescente de "operações dirigidas aos mercados de matérias -primas", conhecido pelo fenômeno de "comoditização".*

É a "especulação levada aos produtos, de agora em diante, considerados simples centros de lucro"(FARNETTI, 1998, p.198). São produtos que, embora originários de determinadas regiões, como o caso do café, cacau, petróleo e outros controlados pelos especuladores, que passam a deter a regulação dos estoques deles e como subproduto um desrespeito total ao meio ambiente, pouco lhes importando a degradação; não há compromisso com a natureza viva que disponibiliza a matéria-prima, pois ela, agora, é mercadoria que se adquire no mercado.

"A série de choques e sobressaltos financeiros" que passa a fazer parte da vida econômica, são colocados por CHESNAIS também a coloca nesta terceira fase (1998, p. 31).

Vale dizer que esta é a opinião comum dos economistas que fazem a análise da conjuntura da década de 90, suscitando algumas preocupações a mais. Constatam ainda que o boom esperado para o índice de produtividade não aconteceu e os índices de crescimento têm fraco desempenho, como já apontava CHESNAIS na obra "Mundialização do Capital" (1996, p. 302), para "os riscos de uma estagnação econômica global". Com efeito problemas como a desinflação acelerada, próxima da deflação, especialmente para produtos primários; elevado desemprego estrutural; desigualdades na distribuição de renda; marginalização de regiões inteiras do globo; uma concorrência internacional sempre mais intensa são indicativos de que tão logo não se poderá esperar por uma melhoria dos índices (CHESNAIS, 1996, p. 302-303). Mais enfático é BRAGA, quando se refere à instabilidade vivida neste período, quando afirmava que "a perversidade da instabilidade contemporânea tem sido justamente a de, por mais de 25 anos - desde pelo menos 1971, quando o dólar deixou de ser conversível, assinalando uma transição -, combinar alta especulação financeira com crescimento mínimo, coisa capaz de evitar o colapso, garantir os lucros de todo tipo - com o apoio dos tesouros nacionais e dos bancos centrais- e arrebanhar com a maior parte das 'periferias' sociais, mesmo nos países centrais, e geográficas" (BRAGA, 1998, p. 239).

* Em inglês commodities, ou seja matérias-primas.

1.2.2.O SETOR-TRABALHO ESTÁ AOS FRANGALHOS

Especialmente para o Trabalho não há só instabilidade, senão cortes drásticos e monstruosas perdas de emprego. É a "lei da selva" no setor, conforme afirmam os autores da "sociedade 20 por 80", quando o próprio operário americano, a saber, o da nação mais expressiva da globalização, "está se tornando 'uma massa angustiada'" (MARTIN e SCHUMANN, 199, p. 171). É o período em que ninguém acredita em novos empregos, e pior, "nenhum emprego é seguro", afirmam eles (1999, p. 147). Além de tudo, os salários são muito baixos "quase 1/5 dos que trabalham de uma forma ou de outra, estão ganhando salários abaixo da linha oficial de pobreza, conforme denúncia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), informam MARTIN e SCHUMANN, (1999, p. 172). O economista LESTER THUROW, segundo os referidos autores, analisando os números americanos do mercado de trabalho, "considera no mínimo enganadora, para efeito de propaganda, a estatística oficial do mercado de trabalho apresentada pelas autoridades americanas" e acrescenta "aos 7 milhões à procura de emprego, oficialmente declarados em 1995, deveriam ser adicionados mais 6 milhões dos que necessitariam de trabalho, mas desistiram de procurá-lo. Ademais, existem aproximadamente 4,5 milhões de pessoas que, a contragosto, estão trabalhando como temporários. Somando apenas esses três grupos , realmente, está faltando trabalho regular a 14% da população economicamente ativa. O exército de subempregados sobe a 28%, se considerados ,também, os grupos que não têm trabalho constante: 10,1 milhões de temporários, bem como, 8,3 milhões de autônomos, a maioria dos quais com formação acadêmica, mas sem carteira assinada" (1999, p. 171-172).

E tudo isto na economia norte-americana, a mais desenvolvida do mundo. Dos demais países nem se fala.

E, partindo para outro setor específico, o dos bancos, nos "planos dos 50 maiores bancos do mundo, prevê-se que metade do pessoal contratado perderá o emprego, num período de 10 anos" diz Ulrich Cartelliere, membro da Diretoria do Deutsche Bank, informam MARTIN e SCHUMANN, (1999, p. 141). Tudo acontece enquanto se planeja maior aumento na produtividade com menos emprego. "Em apenas quatro anos, a produtividade deverá crescer em 30%", anuncia o diretor financeiro da Volkswagen (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 177) ¹². É, portanto, a lógica da globalização, de "um crescimento que já não gera emprego" (1999, p. 158). E, ainda, há quem diga que o livre comércio, o intercâmbio dos bens aumentam a prosperidade das nações, em proveito de todos os participantes. Entende-se, no entanto, que para os trabalhadores, "sobretudo o crescente número de desempregados, parece não ter solução. O pretense progresso vira o seu oposto"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 158). Na desregulamentação, liberalização e privatização, enquanto a participação das empresas nos mercados cresce e os lucros aumentam, os empregos definham, produzindo os "**supranumerários**" conforme se vêem hoje, nas "metamorfoses da questão social" (CASTEL, 1998, p. 513). A cada dia mais, as organizações, os sindicatos são "tratorados", fragilizando-lhes sempre mais a possível resistência. Esta é a armadilha da globalização.

Torna-se atual o que os marxistas diziam há cem anos. "Os capitalistas tornam-se cada vez mais ricos, enquanto a classe trabalhadora empobrece", ou

¹² Ano após ano desaparecem 7000 a 8000 postos de trabalho na V.W. No mesmo espaço de tempo, como promete o presidente da empresa aos seus acionistas, os rendimentos serão quintuplicados graças ao volume de

ainda, "a concorrência globalizada estaria 'passando as pessoas pela máquina de moer carne" , - diziam outros - , "aniquilando assim a solidariedade social"(MARTIN e SCHUMANN,1999, p. 173), de gravíssimas conseqüências no tecido social, o qual se vê mutilado diante da manifestação de uma violência irracional, hoje instalada nos mais diversos setores da vida humana, sem que nenhum gestor de negócios, globalmente organizados, tenha alguma preocupação ou sinta alguma responsabilidade social. (1999, p. 180).

De todas estas reflexões deduz-se que as reflexões surgidas, "está fora de qualquer cogitação o engajamento social das empresas privadas, já assoberbadas pela economia global. É de rigor que outras organizações cuidem dos desempregados. Os debatedores esperam forte colaboração de fundações beneficentes, dos voluntários de serviços sociais, das comunidades de bairros, agremiações esportivas de toda espécie, assim também, de eventuais alianças entre esses grupos"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 12) Expressa-se aqui uma tendência forte do que vem aí, ou melhor, do que já está acontecendo. Entende-se, inclusive, ser este um aspecto que se tem de aprofundar mais para entender algo que está muito próximo da questão social hoje, quando a todo momento se apela e se enaltece o trabalho voluntário. Procurar compreender o significado deste apelo é necessário na atual situação para o trabalho social. E os interlocutores avançam, enquanto trazem mais uma reflexão " 'Tais atividades até poderiam ser valorizadas com modestos pagamentos, garantindo assim a auto-estima de milhões de cidadãos'" (1999, p. 12). Ou, ainda, nesta mesma lógica de sobreviver sem emprego, "nos países industrializados, já em breve

vendas. E ainda, em 1995, eram necessárias 25 horas para produzir um Escort e a meta para 2000 de 17,5 horas, exemplifica o presidente da Ford na Europa (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 177).

haverá pessoas encarregadas de manter as ruas limpas, a salários próximos de zero; ou gente que encontrará um modesto abrigo como empregados domésticos"(1999, p. 12). São estas algumas "saídas" para a "sociedade dos 20 por 80", certamente, tratando-se aqui da parcela dos 80%. Apresenta-se, assim, uma "divisão definitiva do mundo entre os que poderão continuar utilizando os recursos, como sempre fizeram, e aqueles aos quais o 'modo de desenvolvimento' não reservaria mais do que o direito de assistir, graças às imagens projetadas pela mídia mundializada, como estariam passando os bem-de-vida" (CHESNAIS, 1996, p. 315).

Claro, considera-se que "gerentes de fundos de investimentos e diretorias de grupos empresariais, naturalmente, não são os únicos responsáveis pelo declínio dos empregos e salários. Há uma terceira parte envolvida: os governos nacionais. Na maioria dos países democráticos, acredita-se que bastaria afastar ao máximo a influência do Estado sobre a economia - a idéia liberal do 'Estado mínimo' - para que a prosperidade geral e os empregos voltem". É a máxima afirmação da livre concorrência em todas as áreas. "A concorrência é tudo, empregos nada representam, parecem pensar os governantes"(1999,p. 186). É importante, lembrar, porém, que "à medida que são privatizados os serviços de correio, telefone, abastecimento de água e energia, transporte aéreo e ferroviário, tudo é desregulamentado em benefício da competição internacional: **os governos acirram as crises para cujo combate foram eleitos**"(1999, p. 186-187, grifo nosso), o que certamente, influencia a visão tão desprestigiada dos políticos e da política

Defender um Estado Assistencial, portanto, é considerado uma luta perdida, uma vez que, ao mesmo tempo em que se planeja aumento de

produtividade, os ganhos sociais diminuem, enquanto ainda há uma completa desresponsabilização das empresas em relação ao desemprego. Não se pretende dizer com isto que a saída para tudo estaria na volta do Estado. Evoque-se neste cenário de "cada um por si", a necessidade de formular um "Novo Contrato", em que sejam revistas as rubricas que constam como gastos das políticas públicas. Até porque "não há evidência alguma de que o gasto público por si só arruine o crescimento ou o desempenho econômico" (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 360). Deseja-se, sim, um Contrato em que esteja presente também a globalização dos direitos.

Precipuamente, pensando em saídas, pretende-se o arremesso a uma contradição do capitalismo, entendendo que a raiz do desemprego deve ser buscada na distribuição de renda, um conflito do próprio capitalismo.

Após o breve parêntese, volte-se a considerar o mais geral, quando se registra, ainda, no terceiro período da mundialização financeira, em que "a economia mundial passou por vários sobressaltos, choques monetários e financeiros, cuja configuração foi complexa e variada" e cuja freqüência parece ter-se acelerado..." são elementos que não podem ser considerados simples somatória de fatos isolados" , pois, são parte intrínseca de um sistema. (CHESNAIS, 1996, p. 303). De nossa parte, continua o autor, "pensamos que todos eles remetem às modificações nas relações entre capital e trabalho - levando a formas de relação salarial sensivelmente diferentes das que prevaleceram entre 1950 e 1975 - bem como às mudanças nas relações entre o capital produtivo de valor e o capital financeiro"(1996, p. 303-304). É isto que se pode ver a partir de outros autores, com destaque a P. SWEEZY, 1995, que a apresenta como sendo uma conjuntura com "características de uma depressão

longa" e que vai na mesma direção quando aponta "tendências claramente estagnacionistas, como nos anos 30".(1996, p.304) Não é intenção, aqui, apresentar toda a análise do período, como nos lembra o autor. Queremos tão somente "apresentar elementos de interpretação que sustentem a hipótese de uma ligação entre a depressão longa da década de 90 e a mundialização do capital", ou o fundamental, segundo o interlocutor, é que se trata de uma "**crise do modelo de desenvolvimento**" (grifo nosso) (CHESNAIS, 1996, p 312), porque não lhes interessam "concorrentes industriais de primeira linha: já lhes bastam a Coréia e Taiwan!"(CHESNAIS, 1996, p. 313) Mais claro, ainda, e quase irônico, o autor se expressa quando afirma que "...houve estancamento do IED para muitíssimos países, é por isso que o tema da administração da pobreza foi assumindo espaço, cada vez maior, nos relatórios do Banco Mundial, enquanto o tema do desenvolvimento foi colocado em surdina".(1996, p. 313)

1.2.3. PRAÇAS FINANCEIRAS E SUBPRODUTOS

Não se desconhece que o atual modo de desenvolvimento não é o desejado, nem o possível, se observada a distribuição dos atuais níveis de consumo energético, das emissões tóxicas na atmosfera, da poluição das águas, dos ritmos de exploração de muitos recursos naturais não renováveis.¹³ O "modo de desenvolvimento sobre o qual os países da OCDE construíram seu alto nível de vida não pode ser generalizado à escala planetária" (CHESNAIS, 1996, p. 314). Ou seja, este modelo **invariavelmente estabelece os seus limites**, sejam eles

¹³ Os "20% mais ricos da elite econômica tomam para si 85% do aproveitamento das madeiras do mundo, 75% do processamento de metais e 70% de energia"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 48).

sociais, políticos ou geográficos. Conclui-se que "chegamos a uma encruzilhada de dimensões globais, que se caracteriza para a maioria da humanidade, por um cotidiano não de ascensão e bem-estar, senão de decadência, destruição ecológica e degeneração cultural"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 47).

Registre-se, ainda, que "a preocupação por empregos e bem-estar social ofuscou, nos noticiários, as questões do meio ambiente, o que não significa que as condições ecológicas tenham melhorado(1999, p. 47-48).¹⁴ Há que acrescentar que tentativas das Conferências mundiais quase nada conseguiram para impedir a monstruosa devastação do meio ambiente, porque a ganância e lucro facilitados, sacrificando o meio, fala mais alto. Tempestades de toda ordem, furacões, "los niños", secas, tudo parece remeter a uma concepção mitológica(- fruto da natureza -), tão presente no homem do século XXI, que se pretende tão racional. Efeito estufa, degradações de toda ordem, parecem não tocar o homem que vive em seu imediato com uma dificuldade enorme de ser reconhecido como um ser histórico participante da natureza.

Ainda para demonstrar que o sistema está visivelmente em crise, BRAGA registra o seguinte: "A financeirização como padrão de riqueza estabelece contornos paradoxais e perversos à dinâmica sistêmica. De uma perspectiva, os capitais que a determinam- considerando inclusive o perfil das corporações -, (se por um lado) têm viabilizado um dinamismo mínimo à renda nacional e à acumulação de capital produtivo, contornando as ameaças de uma grande depressão; ... de outra perspectiva, promovem a folia financeira - a capitalização

¹⁴ É só observar a resistência de Georg W. Bush, presidente da nação que pontifica o sistema econômico atual, em relação ao Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, que prevê que os países industrializados cortem em 5,2%, os níveis de 1990, da emissão de gases que causam o efeito estufa, até 2012, ratificando sua postura contra, durante o Encontro climático na Alemanha, e no Encontro do G8 na Itália, em julho de 2001. Isto nos dá a

fictícia - que redundam em crises monetário-financeiras e cambiais, () - ainda que não de 'crachs' generalizados -, e impõem aos bancos centrais perdas importantes de reservas internacionais". (1998, p. 238).

É um sistema que se alimenta de crises, pouco se importando que alguns dos perdedores sejam nações, ou mesmo que multidões de pessoas morram. É o mais forte - e é isto que importa - quem determina, na verdade, quem irá sobreviver. Enquanto perdurar a máxima: "o mercado é bom e interferências do Estado são ruins", enquanto governos abdicam do poder recebido das bases democráticas a favor do "These Guys",* a democracia tem pouca oportunidade entre nós. Será uma farsa ou, como queiram, um "teatro inconseqüente".

Quando o Estado Democrático perde a legitimidade, quando a justiça social já não importa, aumentando sempre mais o número dos "cidadãos supérfluos" - (surplus people), (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 20) um perigo iminente pode arrombar as portas do poder para a irracionalidade (1999, p. 21), numa explosão de violência, que sinaliza para guerras fratricidas e questões, que, infelizmente, já não estão só no horizonte do futuro, senão que se encontram presentes no cotidiano de nossas cidades e no seio de nossa gente. *

Para enfrentar tais situações não basta fazer como no Estado "da Califórnia, considerado, individualmente, a sétima potência econômica do mundo, onde as despesas com presídios ultrapassam o total do orçamento para cultura"(1999, p. 19), ou, ainda, como se faz no Brasil, no Paraná, quando o preso é enlatado em contêineres ou, então, literalmente enjaulado em espaços mínimos, conforme relatório da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara

dimensão do descaso ambiental do atual sistema em que os mínimos sociais e ecológicos são sacrificados ao deus da globalização financeira.

Federal, em julho de 2001; ou, ainda, como milhões de Americanos, também, um seleto número das elites dos países em desenvolvimento, que gastam fortunas com segurança particular e têm, cada vez mais, necessidade de se entrincheirar atrás de altos muros, em prédios e condomínios providos de guardas armados(1999, p.19). Até porque "não são os realmente miseráveis que se rebelam", constata-se, senão que uma "uma força política, tremendamente explosiva provém do medo do rebaixamento social, que agora se manifesta". Logo, "não é a pobreza que ameaça a democracia, mas sim o pavor dela", concluem, logicamente, nossos interlocutores. (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 21).

As tensões entre os "dois mundos" de um verdadeiro "apartheid" social, onde o cuidado pela proteção social e do meio ambiente estão a reboque da economia, desencadeiam forças que comprometem o frágil equilíbrio democrático e social, construídos ao longo de dois séculos. Vale dizer que a economia, especialmente no setor financeiro, afirma sua centralidade em detrimento das expressões políticas dos países que representam. A explicação é sempre a mesma, gerar uma fonte universal de Bem-Estar, diminuindo o poder dos Estados, uma vez que "com isto os governos perderiam a possibilidade de abusar dos tributos excessivos e do endividamento, gerador de inflação, o que forçaria à 'disciplina sadia' "(1999, p. 88). Para nós isto não significa nada mais do que a renúncia do Bem-Estar para todos em benefício de poucos. Sabe-se quanto é exigido dos governos, (com redução forçada dos orçamentos públicos), até que se comprometam as políticas sociais públicas básicas, enfim transformá-

* dos guris da financeirização - referindo-se aos tecnocratas.

* Aqui ainda não havia o "11 de setembro".

los, como já se disse anteriormente, "em meros administradores da penúria", tudo para manter saneado o Estado, pouco importando o posicionamento comprometedor da saúde, da vida do cidadão ou da estrutura do Estado democrático.

Problemas financeiros crônicos são apenas um dos sintomas, dentre muitos, da decadência política, afirmam MARTIN e SCHUMANN. "Além da soberania monetária e fiscal, já balança outro pilar do Estado nacional: a capacidade de reprimir a violência"(1999, p. 288)

A substituição dos Estados por praças financeiras tem preço: cria um poder fora do alcance das nações, um paraíso para altas somas financeiras, capazes de financiar qualquer negócio, inclusive, a manutenção no poder, especialmente, daqueles governos afinados com a lógica dominante.

"Esses portos seguros para fuga de capital operam sempre da mesma maneira: prometem impostos reduzidos até isenção de tributos para depósitos de estrangeiros e colocam sob sigilo bancário a identidade do titular da conta mesmo no caso de consultas de autoridades governamentais" (1999, p. 91). Não é preciso ser muito perspicaz a fim de perceber que "para o crime organizado internacional, não poderia haver nada mais próprio"(1999, p. 91).¹⁵ O mesmo se pode dizer a respeito do tráfico da droga que, ao nosso ver, é outro câncer instalado no tecido social e que desencadeia uma dinâmica irracional através da violência e do crime. Há que se fazer notar que é o próprio sistema que cria o

¹⁵ "O sigilo bancário defendido com unhas e dentes pela economia financeira internacional não protege somente os sonegadores de impostos. Não é por acaso que os mais importantes paraísos fiscais se desenvolveram ao longo das principais rotas do tráfico de drogas", afirmam nossos autores. "O Panamá e as Bahamas são conhecidos como centro de operações financeiras com o dinheiro proveniente do tráfico da cocaína. O mesmo papel compete a Hong Kong para os lucros da droga no Sudeste Asiático, enquanto Gibraltar e Chipre são os guardiães do capital dos traficantes da Turquia e Oriente Médio", assim resume a economista britânica Susan Strange a função dos paraísos off-shore para a economia clandestina" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 290).

clima favorável para alastrar o câncer mortal à democracia, uma vez que ele próprio gera nichos privilegiados que detêm altas somas da economia mundial e, de outro lado, cria expressivas populações empobrecidas, sem comida, sem moradia e sem emprego, vítimas preferenciais para que "seus negócios", possam continuar florescendo e cada vez mais se afirmar, importando apenas para que uns poucos concentrem renda e poder. ¹⁶

A situação criada é a de que, com cada vez mais rapidez vai se apagando "a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade nas relações comerciais". É um vale tudo, numa "conjugação perversa- fracasso do Estado e anarquia do mercado mundial - (que) pode ser ampliada à vontade"(1999, p. 292 e 293), quando se vê que o "Estado autoritário transforma-se em resposta para a impotência da política em face da economia" (1999, p. 294). No entanto, "acontece que o Estado e seu governo continuam sendo a única instância, junto à qual, os cidadãos e eleitores podem reivindicar justiça e reformas" (1999,p. 293). Importante é registrar aqui que muitas vezes, embora o crime, a violência e o autoritarismo se encontrem incrustados nas entranhas do próprio Estado, privilegiando espaços para governos populistas, o caminho que se tem é muito longo, e a tarefa, muito árdua, a fim de construir um espaço para maior expressão da cidadania neste início de século.

¹⁶ Uma pequena amostra: "Dentro do G-7, as sete mais ricas nações do mundo, de 1970 a 1990, cresceu vinte vezes o volume de vendas de heroína e cinquenta vezes o comércio da cocaína. Quem souber como vender drogas tem condições de dominar qualquer outro mercado ilegal. Cigarros, armas, automóveis roubados e imigrantes ilegais disputam com o tráfico de drogas a posição de principal fonte de renda da economia clandestina"... (Martin e Schumann, 1999, p. 288). E ainda "a criminalidade organizada" é apontada entre os especialistas "como o ramo da economia que mais depressa se expande no mundo, gerando lucros anuais de

1.2.4. É PRECISO TECER ALGO MAIS FAVORÁVEL

É necessário conhecer o fio da trama para que se possa buscar algo mais favorável para os que hoje se encontram presos e subjugados. É com esta motivação que se seguirá no questionamento às certezas, e numa atitude crítica, aos edificadores do sistema no qual se percebe haver cada vez mais espaço vantajoso para cada vez menos pessoas, cujas conseqüências desastrosas se fazem sentir tanto no plano econômico, quanto no político, como no social.

E por entender-se que o capital financeiro, na atual fase, indica os rumos em que ele estaciona e, conseqüentemente, o poder, é importante que se façam algumas reflexões sobre o movimento. SUZANE BRUNHOFF é quem abre um importante capítulo, na obra organizada por CHESNAIS, 1998, na qual afirma que, "hoje em dia, a mundialização financeira parece andar por conta própria, em função da livre circulação de capitais e de sua centralização em poderosos mercados financeiros interdependentes"(1998, p. 35). E que desde a quebra do sistema Bretton Woods, em 1971, tem-se vivido o regime de " flutuação das divisas fortes ", já não existe a referência de uma moeda mundial única que confira certa estabilidade, mas cujo preço de troca é estabelecido pelo mercado (BRUNHOFF, 1998, p. 35).

Dada a importância do que significa a "instabilidade monetária internacional, expressa na volatilidade de taxas de câmbio" a autora procura conceitos diferentes que, "estão baseados em compromissos que envolvem, em maior ou

500bilhões de dólares" (Deutsche Press-Agentur 8/7/96, in MARTIN e SCHUMANN 1999, p. 291), apontando para um visível crescimento nos próximos anos.

menor grau, correlações de forças econômicas e sociais"(BRUNHOFF, 1998, p. 36). Entrementes e além disso, ainda que houvesse um padrão monetário internacional, o valor de compra dele não seria igual" devido ao desenvolvimento desigual dos países" (BRUNHOFF, 1998, p. 44). Ademais, a financeirização como padrão de riqueza "sinaliza um movimento desequilibrador da divisão internacional do trabalho, (gerando) disparidades crescentes de renda, de riqueza e de sociabilidade; compreendidas como acesso ao emprego, à expansão vital e cultural, à convivência democrática e civilizada"(BRAGA, 1998, p. 238-239). Este mesmo autor fecha a análise de forma muito sombria, afirmando que "é este o estigma da financeirização global- nem colapso, nem desenvolvimento- que, como tal, denuncia um padrão de riqueza econômica, social e historicamente limitado"(BRAGA, 1998,p. 239).

Até aqui, talvez, se tenha feito justamente o que se critica no livro "Globalização em Questão" de PAUL HIRST e GRAHAME THOMPSON, ou seja uma insuficiente conceituação da economia da globalização. Ainda que se tentasse, mesmo com todos os limites conhecidos, ao introduzir o referido tema, nem sempre fácil, para quem não é especificamente da área econômica, mesmo assim, por reconhecer-se a importância e a necessidade, tenta-se uma aproximação a fim de compreender o que poderá resultar à área social, em especial para os programas sociais, neste início de século, no enfrentamento da Questão Social, enquanto, economicamente, se permanece sob a dominância do capital financeiro.

Concorda-se com os autores que o termo "globalização" sofre de alguns modismos e por isso pode até se expressar com a força de um mito, que é necessário romper, para a compreensão do que vem ser economia globalizada

ou de "tendência globalizante" na versão de outros, que já teve outros processos em diferentes períodos "estados da economia internacional que existiram desde que uma economia, baseada na tecnologia industrial moderna, começou a ser generalizada a partir dos anos de 1860" (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 15).

Vale dizer que a economia mundial está longe de ser "genuinamente 'global' " admitem alguns autores, " a mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento. Ao contrário, o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, e o Terceiro Mundo continua marginalizado, tanto em relação aos investimentos quanto às trocas, exceto em uma pequena minoria de novos países industrializados"(1998, p.15). Ou seja, é a concentração do capital que se dá na "Tríade da Europa, Japão e América do Norte, e ao que parece esse domínio vai continuar, afirmam (1998, p.15). É claro, e com isto se concorda "essas grandes potências econômicas, o G3, têm então, a capacidade, especialmente se coordenam a política, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e, em geral, sobre as tendências econômicas.

Os mercados globais, de modo algum, estão assim fora da regulação e do controle, ainda que o alcance atual e os objetivos da governabilidade econômica sejam limitados pelos interesses divergentes das grandes potências e pelas doutrinas econômicas que prevalecem entre suas elites"(HIRST e THOMPSON,1998, p.15). Em outras palavras, na "economia internacional contemporânea as relações importantes continuam ser aquelas entre as economias mais desenvolvidas, particularmente, os membros da OCDE"(1998, p. 304). Isto faz com que se continue reafirmando o que já foi dito acima. O que

efetivamente importa é onde circula o capital, porque se sabe, lá onde está o capital, está o poder! Hoje ele se concentra basicamente nessa tríade.

Em 1992, segundo fundamentam os autores, a Tríade representava 70% do comércio mundial, e dentre os países em desenvolvimento, os dez mais importantes receptores do investimento externo direto representavam 18,2% do comércio mundial total; outro dado eloqüente é que os dez maiores países em desenvolvimento receptores de investimento externo direto, junto com a Tríade, representam 91,5% do investimento externo direto. É, portanto, seguramente, o domínio dos mais fortes, que comercializam e investem entre si mesmos. Basta ver que "em termos da população da Tríade, os nove países em desenvolvimento mais importantes em relação ao investimento externo direto, e as oito províncias costeiras da China, mais Pequim, constituem 28% da população mundial". O que "deixa os outros 72%, a maior parte dos quais são muito pobres, com menos de 10% do investimento externo direto total" (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 344-345), impedindo, desta forma, qualquer possibilidade de outros países passarem a fazer parte da farta mesa da globalização, em que os comensais têm convite e assento, previamente definidos.

Tem-se a impressão de que é a isto que os autores se referem, quando insistem na necessidade de elaborar a idéia de uma economia internacional globalizada quando afirmam: "gastamos algum tempo elaborando a idéia de uma economia internacional globalizada e comparando-a com uma economia internacional. Isto, para tentar esclarecer o que exatamente estaria envolvido em fazer a declaração enfática de que estamos decisivamente dentro de uma economia globalizante ou de que a era presente é um período em que há fortes tendências globalizantes. Conceber essas declarações conclusivas é tarefa

difícil....". Consideram a expressão "economia internacional" uma simplificação uma vez que a enxergam como sendo um "produto da complexa interação das relações políticas e econômicas, modeladas e remodeladas pelas lutas das grandes potências" (HIRST e THOMPSON, 1998, p.32). Referem-se, também às empresas, definidas por eles mais como "multinacionais do que transnacionais" (1998, p. 151). Noutra lugar, mas seguindo nesta linha de reflexão, afirmam que as elites empresariais e políticas das nações ocidentais avançadas tomaram a globalização como pretexto conveniente para as políticas internas que escolheram seguir especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Há muitas razões que explicam por que o pleno-emprego é difícil de ser alcançado, porque a solidariedade e o bem-estar sociais estão sob severa pressão, porque os eleitores são avessos aos impostos e porque o trabalhador organizado tem menos força do que já teve. Nessas mudanças, porém, são comuns às estruturas sociais de muitas sociedades avançadas e não são, fundamentalmente, conseqüências das pressões competitivas internacionais. (1998, p. 360-361).

O problema central, aqui, afirmam os autores, "não é o mercado global, senão interesses nacionais divergentes-, dos Estados Unidos, do Japão e da maioria dos Estados europeus. São diferenças exacerbadas pelo medo da competição global e pela crença de que a cooperação é impossível, dado o poder dos mercados", e, ainda, "a retórica da competitividade deixa as pessoas assustadas, com medo do próprio fracasso e, conseqüentemente, indiferentes ao destino dos pobres do próprio país e do Terceiro Mundo". (1998, p. 362)

Tem-se a impressão de que os autores quando questionam alguns aspectos do que comumente se define como "globalização" e que, por sua vez, afirmam

mais como um conceito de "economia internacional", movida a partir das doutrinas econômicas que prevalecem entre as elites, prestam grande serviço para que se possa avançar mais nas reflexões. O fato obriga a compreender melhor o que acontece e, assim, elaborar saídas para os que hoje fazem parte daqueles que se convencionou chamar de excluídos, seja categorias de trabalhadores ou seja grupos de nações.

Realmente, pode haver redução no pensamento, quando, apressadamente, tudo é debitado na conta da globalização, criando-se um clima favorável para a atuação do mito que encobre a realidade e paralisa a ação. Nas palavras dos autores, "a 'globalização' é um mito conveniente a um mundo sem ilusões, mas é, também, um mito que rouba a esperança"(1998, p. 20). Não se pode paralisar as ações diante de uma suposta ingovernabilidade das nações sobre o mercado financeiro. "A visível perda do controle nacional, a maior incerteza e imprevisibilidade das relações econômicas e a rápida mudança institucional foram um choque na mente condicionada a acreditar que pobreza, desemprego e ciclos econômicos poderiam ser controlados ou eliminados em uma economia de mercado baseada no lucro" (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 20). A reflexão trazida aqui, com um visível tempero de ironia, certamente, remete ao que já foi afirmado. É a própria lógica do sistema baseado no lucro, pouco importando o custo social, humano e financeiro que deve ser questionado.

A governabilidade e o controle no espaço da nação, é, sem dúvida, um tema que terá de ser retomado mais adiante.

Caso se considere que a economia internacional não está fora da governabilidade, embora "a escalada das transações de curto prazo" que os formuladores da política econômica estabelecem "como sabedoria econômica

suprema", muitas vezes expõem os bancos centrais, que não têm reservas suficientes para defender uma determinada taxa de câmbio, o que provoca, por vezes, um pequeno conflito para governantes das potências industriais-, é uma política que inibe o crescimento e faz "o mundo avançado trocar emprego e crescimento por inflação baixa -, cujo preço é o crescimento do desemprego e a pobreza na maior parte das nações industrializadas. Vale lembrar que o sucedido não é exatamente o desastre dos mercados financeiros, como cassino volátil, arruinando economias reais que a maioria dos conselhos alarmistas do perigo dos mercados internacionais desregulamentados clama" (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 353), uma vez que "os mercados financeiros mundiais não são necessariamente ingovernáveis"(1998, p. 354), até porque não são mais tão voláteis ou desregulamentados, apenas o suficiente para evitar uma súbita depressão.

Após o colapso de Bretton Woods - quando o comércio era liberado, mas os movimentos do capital, controlados -, houve um período de "flutuação de taxas altamente voláteis, a turbulência porém, foi aos poucos controlada". Restaurou-se a estabilidade mínima do sistema monetário internacional. Isto porque "durante toda a década de 80, o desmantelamento dos controles de câmbio foram acompanhados pela nova regulação das instituições financeiras dos mercados, por meio do Banco de Compensações Internacionais e outras agências"(HIRST e THOMPSON, 1998, p. 353). Houve assim uma espécie de manifestação, visto que ingovernabilidade não interessa ao capital, até porque os "investidores" têm expectativas, têm interesse "em um grau mínimo de calculabilidade".(1998, p. 353).

Enquanto isso, tem-se na afirmação de MARTIN e SCHUMANN, que "o comércio ilimitado de ações dissolve os laços da nação mais completamente do que a complementariedade da produção em rede" (1999, p. 181), colocando-se como uma preocupação a mais em relação ao espaço nacional e conseqüentemente, do espaço local, que, enfim, se entende ser o espaço do cidadão. Por isso, segue a interrogação sobre qual o lugar, no atual estágio da globalização, para projetos nacionais de governabilidade? Respondem HIRST e THOMPSON: "até aqui deve ter ficado claro que a globalização não tira de cena as economias nacionais. As elites empresariais e políticas das nações ocidentais avançadas tomaram a globalização como um pretexto para as políticas internas que escolheram seguir"(1998, p. 360-361). A resposta, como se percebe, além de se referir "às nações ocidentais" ainda deixa novas dúvidas, quanto à autonomia e ao espaço nacional no sistema que se globalizou economicamente. Embora isto seja verdade, "ao mesmo tempo, muito pode ser realizado por meio de políticas nacionais voltadas à administração econômica e à renovação social. De qualquer forma, importa ficar muito atento ao seguinte: "o nacional é simplesmente um nível em uma complexa divisão da governabilidade econômica e social". Para tanto tem-se certeza de que noutro momento necessita-se retomar a questão para apreender o papel do Estado-nação como garante do espaço democrático, assim como ao que concerne às políticas sociais públicas, sempre às voltas com os projetos com ingredientes de determinada política nacional.

Portanto, poderíamos concluir parcialmente que "a mundialização é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas **distintos**. O primeiro, pode ser caracterizado como a mais longa fase de

acumulação ininterrupta do capital, que o capitalismo conheceu, desde 1914. O segundo, diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan"(CHESNAIS, 1996, p. 34).

Nas relações de Trabalho, com o eixo na desregulamentação e na globalização, a ordem central é "sem gorduras de pessoal". Quando "a implementação da 'produção sem gorduras de pessoal' não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas eles já não precisam deslocar-se milhares de quilômetros para achar os lugares. O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda dos Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, bem perto de suas bases principais, dentro dos próprios pólos 'triádicos'" (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Não se deve crer que, hoje, todos os lugares sejam interessantes ao capital. Alguns simplesmente, em vez de serem vistos como áreas de desenvolvimento ficam relegados ao genérico de "áreas de pobreza" (1996, p. 39).

Isto porque, hoje, no sistema mundial já há integração quanto à tecnologia, às mercadorias, mas não quanto ao trabalho(1999. p. 40). Ora, num sistema assim se permite que "companhias explorem ao seu bel-prazer as diferenças de remuneração do trabalho, entre diversas regiões (), entre diferentes países (), entre continentes"(CHESNAIS, 1996, p. 40). - Isto porque, a essa altura, já

detonaram "a legislação trabalhista e as convenções salariais". Portanto, "a liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais permitiram impor às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários"(1996, p. 40).

A "estratégia de racionalização da produção industrial" e diferença salarial se dá, portanto, nos diferentes países da própria Tríade, quando também se decide pela implantação de uma produção integrada internacionalmente. (1996, p.129)

Tudo "isto é feito sob a ameaça do desemprego, com o apoio das novas teorias e políticas governamentais em matéria de salário e de emprego, e inclusive, com o consentimento de dirigentes sindicais que julgam: 'não há alternativa'"(1996, p.131).

Os grupos têm começado a trabalhar na perspectiva de redes, sobretudo, a partir da terceirização de longa duração e assim se vê um aumento do IED (Investimento Externo Direto) no setor terciário. "Em 1970, o IED no setor terciário representava 25 % do IED total dos países capitalistas avançados (...). Já, em 90, superava a metade do total com 50,1%" (CHESNAIS , 1996. p.185) "As perdas de emprego decorrentes da formação de redes transnacionais são preocupantes", afirmam Martin e Schumann. Contudo, pesa ainda mais o fato de que as "antigas compensações de uma boa política social estão desgastadas" (1999, p.177), ainda "o florescimento contemporâneo do IED nos serviços tem motivos ainda mais poderosos. No caso das grandes infra-estruturas organizadas, na maioria dos países, com base no serviço público, bem como no setor financeiro, necessário se fez que o movimento de liberalização e desregulamentação estourasse o ferrolho das limitações das legislações

nacionais"(CHESNAIS, 1996, p. 186). O mesmo autor, também, alertou sobre a "falta de um quadro teórico global, que permitisse apreciar melhor o lugar hoje ocupado pelos serviços no movimento do capitalismo contemporâneo e do modo de acumulação como um todo"(1996, p. 187). Detecta-se que, seguramente o exposto vai exigir maior cuidado nas análises vindouras.

É freqüente encontrar-se a afirmação de que a principal causa da perda dos postos de emprego resultaria do avanço tecnológico e da computadorização. "A destruição dos postos de trabalho, muito superior à criação de novos empregos não é só uma espécie de fatalidade atribuída 'à tecnologia' em si mesma. Ela resulta, pelo menos, em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, 'em casa' ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional. O efeito desses fatores, por sua vez, é acentuado, de forma crescente, pela mudança de **propriedade de capital industrial**. Mesmo em grupos em que foi reestabelecida a rentabilidade do capital, constata-se por parte de novos proprietários (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, 'eliminando gorduras de pessoal' e automatizando em velocidade máxima. É aí que se situa o ponto de partida de um encadeamento cumulativo e realimentador, cujos efeitos são depois agravados ainda mais pelas operações do capital monetário" (...) "Para muitas pequenas companhias, o único caminho de sobrevivência(se este lhes é oferecido) é a 'adesão' a uma 'empresa-rede' tipo Benetton, ou seja, sua transformação em 'terceiras'"(1996, p. 304 a 307).

Afirmações de que, atualmente, o "capital estaria caçando salários baixos no terceiro mundo", merecem alguma ponderação. Para isto vejam-se os

números apresentados por HIRST e THOMPSON. Segundo estes autores, "a evidência contradiz inteiramente o movimento de uma fuga maciça de capital das nações avançadas para os países de baixos salários do Terceiro mundo, desde o início da década 80". Caso se levar em conta que em 1993 foram investidos mais de 100 bilhões de dólares das nações avançadas em novos países industrializados a afirmação acima pode parecer suspeita mas deve-se olhar o que isto significa no contexto. Como o "PNB da América do Norte, da Europa Ocidental e do Japão foi, em 1993, de 18 trilhões de dólares, o investimento, 3,5 trilhões de dólares e os estoques, aproximadamente, 60 trilhões de dólares: assim, 100 bilhões representam 3% dos investimentos dos países ricos da Tríade e 0,02% dos estoques de capitais", "estas cifras não são suficientemente grandes para gerar o tipo de pânico freqüentemente observado aí". E ainda "dados os níveis lamentáveis de ajuda externa oferecida pelos países mais ricos, as transferências de capitais poderiam ser vistas **como uma modesta contribuição para reduzir as grandes disparidades de riqueza** e da produção industrial entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundo" ... E, ainda, "o Investimento Externo Direto no Terceiro Mundo não é necessariamente negativo para os trabalhadores ocidentais; ele pode inclusive, criar demanda por mercadorias ocidentais através do fomento à produção e à renda nacional em outros lugares..." (1998, p. 343). "As principais causas das perdas de emprego nos países avançados são internas" (1998, p. 344), visto que a porção que, efetivamente, conta do IED permanece nos países desenvolvidos como já visto anteriormente.

Ainda refutando a afirmação de que os empregos estariam sendo transferidos para ou "caçados" no Terceiro Mundo, nossos interlocutores lembram que os

serviços dos "não-qualificados" não competem com a mão de obra mais qualificada, até porque normalmente se ocupam de serviços que não são internacionalmente comerciáveis. (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 356). Assim, é imprescindível que se ultrapasse o atual cenário "do cada um por si", que se instalou a partir do dogma absoluto da produtividade e competitividade, em que uns podem viver sempre do melhor modo enquanto para os outros vale a "luta pela sobrevivência em estado bruto" como fomos lembrados por CHESNAIS, (1996, p. 319).

1.2.5 É PRECISO QUESTIONAR AS "CERTEZAS"

Com todos os limites que a financeirização do mundo possa impor aos processos sociais, procura-se, entretanto, conforme vários autores advertem, não considerá-la processo "irreversível" o que nos poderia fazer "cair num molde muito suspeito de determinismo histórico" e como consequência somar com os que pretendem deixar as coisas como estão o que não é nada mais do que fortalecer "a ordem constituída", bastante favorável aos sempre bem postos no sistema.

A necessidade de romper com posições "mitológicas" frente à realidade fundamentada na crença de como esta é vivenciada, neste início de século, não é irreversível, como já se afirmou anteriormente, e, também, é refutada pelos autores em questão; nem mesmo é tão ingovernável, chegando-se mesmo a falar em períodos de no máximo 30 a 40 anos, quando se trata de mudanças nas relações econômicas internacionais, a partir da leitura ao longo do século XX. Em CHESNAIS, também já se encontrou a tese da "irreversibilidade",

quando, inclusive, ele para convencer-se disto, remete à leitura da história financeira do século XX, (1996, p. 20).

Ainda sobre a tese da "irreversibilidade", os autores trazem reflexões importantes, considerando-se que os aspectos presentes na crise da década de 70 comportam uma leitura conjuntural. Portanto, seguem eles "o período de extrema volatilidade e turbulência que não durou muito tempo. O regime monetário de taxa totalmente flutuante foi substituído pela regulamentação parcial, através da criação do Sistema Monetário Europeu, em 1979, e dos acordos do Louvre e do Plaza dentre os países industrializados avançados do G7, na década de 80. A velha ordem multilateral pós-45 não foi restaurada, mas foram evitadas, de um lado, uma tendência às forças de mercado incontroláveis; e, por outro, a competição negativa entre os principais blocos comerciais emergentes. "Acrescentam eles que nesta mesma linha esteve a Rodada Uruguaí do Tratado do GATT, em relação aos produtos agrícolas, aos serviços financeiros e aos direitos de propriedade intelectual, para manter o sistema de comércio mundial aberto e pelo menos, parcialmente, sujeito a regras presumíveis. (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 34.) O momento comporta bem a lógica, do "vão-se os anéis, mas se preservem os dedos", uma vez que a adesão entusiasta de liberalização e desregulamentação do mercado trouxe algumas experiências indesejáveis, depreendendo-se que haveria uma certa predisposição a um mercado mais regulado. O pressuposto, todavia, só acontecerá a longo prazo, seguem os autores, "se uma união de governos poderosos decidir agir de maneira coordenada. Entretanto, atualmente, não há probabilidade dessas coisas acontecerem, porquanto os mercados financeiros mundiais não são necessariamente ingovernáveis"(1998, p. 354).

Do que ficou registrado pode-se concluir, que o mercado flutuante atordoa apenas a quem "sofre" sua influência e não a quem está no comando, pois para este há controle, sabendo muito bem onde vai e quando necessita dar as coordenadas a fim de que tudo sempre permaneça na rota que leva a uma melhoria de vantagens dos que hoje estão na proa do mercado financeiro.

Haveria algumas saídas, que ao menos se pudessem vislumbrar? Segundo reflexão dos autores, em síntese, seriam "políticas com menos prevenção e mais expansão, desenvolvidas em todo mundo avançado e, sendo assim, poderiam começar a reduzir o desemprego e aumentar a taxa de crescimento. (...) uma maior regulação dos mercados para tornar os movimentos de capital de curto prazo menos rentáveis e para reduzir a volatilidade e o comércio inescrupuloso. "Uma política orientada para o crescimento nos países avançados, precisa ser associada, a uma tentativa determinada de reduzir a dívida dos países mais pobres, incrementar a ajuda e distribuir o investimento externo direto mais amplamente - por meio de incentivos fiscais e tributos que levem as empresas dos dez principais países em desenvolvimento para alguns dos mais pobres. Essas políticas poderiam ser alcançadas em um futuro bem próximo por meio de políticas mais ativas e coordenadas, por parte dos Estados avançados -, o que obstrui o caminho não é uma globalização, mas as percepções de 'interesse nacional' pelas principais elites" (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 362-363). São interesses nacionais divergentes. O problema é que as elites econômicas, só conseguem perceber perigos e calcular custos, o que bloqueia qualquer política de integração e expansionista, numa tentativa de integrar, ou, ao menos, ampliar os demais países mediante qualquer investimento. Neste sentido, pretende-se assumir, com os autores, a

conclusão de que "se quisermos um mundo mais justo, uma melhor distribuição da produção e renda, não podemos, (...) deixá-lo a cargo das forças do mercado, mas intervir para reestruturar a economia mundial por meio de políticas públicas que geram mais auxílio público, que estimulam o investimento ético de capital privado nos países pobres, e que aperfeiçoam suas relações comerciais"(HIRST e THOMPSON, 1998, p. 185).

Não se pode ser refém de um projeto que privilegia "os proprietários de ativos financeiros", uma vez que é sempre a "favor destes que são tomadas as medidas de contínua redução das despesas sociais, de desregulamentação e de privatização dos serviços públicos, de marginalização econômica e social de uma fração crescente dos assalariados e dos jovens ainda sem trabalho, intimados a considerar 'um privilégio a obtenção ou a manutenção de um emprego"(CHESNAIS, 1998, p. 293).

A política do meio ambiente já não pode esperar. Enquanto a industrialização nos países centrais ou em desenvolvimento "avança sob assustadora ignorância ecológica", enquanto "os custos relativos ao meio ambiente não pesarem na balança",(CHESNAIS 1998,p. 51) se tem obrigação de conviver com toda sorte de gases, venenos e degradações.

Ao passo que, se as matérias-primas fossem tributadas, poder-se-ia alimentar esperanças de que mais regiões do planeta, hoje desconsideradas pelos países do centro, se tornem áreas de interesse, não só para o capital, mas, sobretudo, para a vida humana e como conseqüência, os investimentos, que hoje se considera bens globais, poderiam ter outra redistribuição, o que, certamente, não trará apenas vida para o planeta , mas, também, e sobretudo, para as pessoas, que novamente possam sonhar com algum projeto a um acesso mais

igualitário dos bens, respeito às culturas; enfim, uma convivência mais democrática .

Além disso, "a tarefa central do futuro é a recuperação da capacidade de agir do Estado, o restabelecimento do primado da política sobre a economia"(MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 227). Acredita-se possa ser ele o espaço, a partir do qual se consiga assegurar a globalização da cultura, dos valores, dos direitos. Necessário ainda é recuperar o Parlamento, fonte do "locus" do cidadão, de onde a voz se amplia e ganha concretude. Dar consistência internacional às de hoje quase isoladas lutas a favor do meio ambiente, pelos direitos humanos, a favor do emprego e contra a globalização, que já desponta, com muito viço, mas que precisa do amparo e espaço ampliado, também na mídia, a fim de chegar aos cidadãos do mundo.

Enfim, "a crise em gestação deve ser aproveitada como oportunidade de demonstrar a reversibilidade do regime de liberalização, desregulamentação e mundialização financeiras, via para recriar as condições à superação do capitalismo "(CHESNAIS, 1998, p. 318). E que "o enorme ganho de produtividade" que se considera bem global, garanta acesso universal, podendo "ser usado igualmente para libertar da pobreza um grande contingente e financiar uma cruzada pelo bem-estar e contra a cultura do desperdício. Tudo dependeria de direcionar o isolamento suicida dos mercados mundiais para caminhos sociais e democraticamente compatíveis, transformando a globalização da injustiça num processo de mútuas compensações por todo o planeta"(MARTIN e SCHUMANN, 199, p. 321).

São pressupostos que remetem à tarefa que este trabalho se propõe: conhecer melhor as determinações colocadas a partir da conjuntura econômica

que vai dar os contornos às políticas públicas da área, e, quiçá, poder contribuir, mediante o necessário engajamento para enfrentar a questão social, colocada neste novo milênio, neste novo espaço que se desenha, para o município.